ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 – Série VII – N.º 517
1 de Dezembro de 1983

Preço: 20$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

Opções suicidas do Governo e Orçamento de penúria aprovados pelo PS e PSD

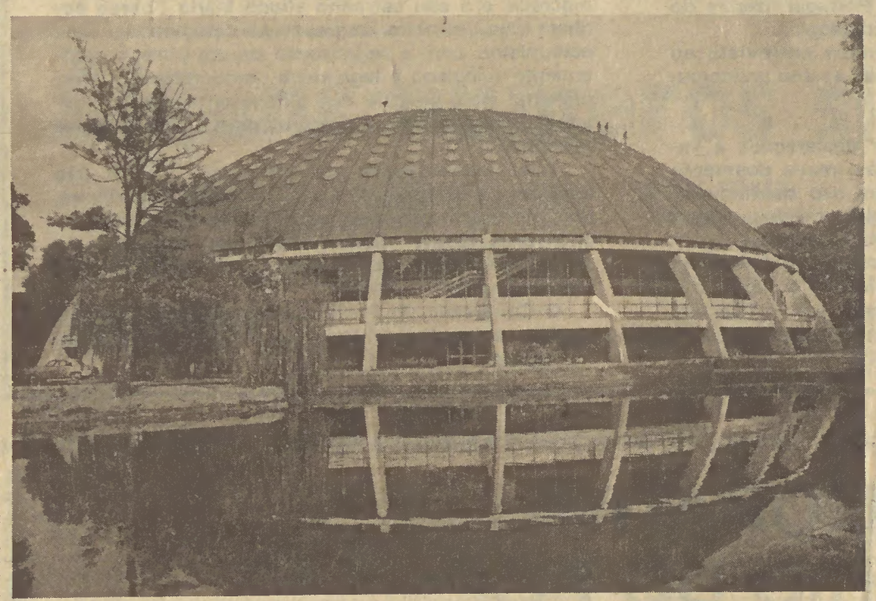
Fechado ao debate, sem argumentos quase sem voz, o Governo fez aprovar na Assembleia da República, pela sua maioria obediente, um Orçamento de miséria para os trabalhadores e para o País

A cara do Governo vista do Orçamento
Há ministérios que devem mudar de nome

Págs. 3/6/7

A duas semanas do X Congresso intensificam-se os trabalhos preparatórios em todo o País

- **Tudo a postos na cidade do Porto!**
- **Informações úteis para todos os delegados e convidados ao Congresso**



- **Centenas de reuniões por todo o país com a participação de milhares de camaradas**
- **Preparar o Congresso é também reforçar a organização**
- **Centenas de delegados continuam a ser eleitos**
- **Novos camaradas aderem ao Partido: só no distrito de Lisboa, já são 337**
- **Mesa-redonda com a juventude**

Suplemento

O imperialismo ameaça a Paz

Págs. 10/11

A grande confusão

Os «novos» cursos técnicos do ministro Seabra

Págs. 6/7

Autarcas comunistas discutem catástrofe

GOVERNO NÃO SE MOLHOU NAS CHEIAS!

Págs. 8/9

Os jovens comunistas

Págs. 2/3/4

as lutas da juventude e o X Congresso do PCP

SEMANA

23
Quarta-feira

Iuri Andropov

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, transmite ao Presidente da República a preocupação do PCP pelo facto de o Governo PS/PSD se estar a servir da Lei de Defesa Nacional para o «assalto» e a «partidarização» das Forças Armadas ■ A CGTP-IN afirma em comunicado que a luta dos trabalhadores vai prosseguir até à derrota definitiva desta política e deste Governo PS/PSD ■ Segundo o deputado socialista Carlos Lage, o Governo entregará verbas à Anop dentro de uma semana; recorda-se que a promessa não é nova e que os trabalhadores têm salários em atraso, estando a empresa em risco de paralisar por falta de financiamento ■ A Presidência da República confirma a vinda a portugal, em Dezembro, do presidente do Zaire ■ O chefe da delegação soviética às negociações de Genebra anuncia a suspensão das negociações; a URSS havia alertado para tal eventualidade caso o parlamento oeste-alemão aprovasse a instalação dos «euromísseis», como sucedeu ■ O Banco Central do Brasil anuncia a 48.ª desvalorização do cruzeiro em 1983.

24
Quinta-feira

Presidente da Islândia

O Governo decide afectar uma verba de 2,5 milhões de contos para fazer face aos prejuízos provocados pelos temporais nos arredores de Lisboa, não obstante os danos estarem estimados em cerca de 10 milhões de contos ■ No decorrer do debate do Orçamento Geral do Estado na AR, a política económica do Governo PS/PSD é posta em causa com manifestações dos trabalhadores da Função Pública, uma tomada de posição crítica da Associação dos Comerciantes de Carnes de Lisboa e pelos trabalhadores da Companhia de Pescas; estes últimos invadem as galerias de S. Bento gritando «temos fome» ■ Termina a visita oficial da presidente da Islândia a Portugal ■ Israel e a OLP trocam prisioneiros sob a égide da Cruz Vermelha Internacional ■ O presidente boliviano, Siles Suazo, anuncia que apesar de todos os boicotes de direita ao seu governo não se demitirá ■ A URSS instalará armas nucleares «nos oceanos e nos mares» dirigidos aos EUA, para contrabalançar a instalação dos euromísseis, anuncia uma mensagem do presidente soviético.

25
Sexta-feira

O PCP exige explicações a Mário Soares sobre afirmações que lhe são atribuídas pelo «New York Times», segundo as quais os comunistas estavam infiltrados no Exército e tinham responsabilidades na actividade da organização terrorista FP-25 de Abril ■ Termina a II Reunião do Conselho das Comunidades Portuguesas, durante a qual foi várias vezes afirmado o desejo de que aquele órgão deixe de ser um organismo de fachada passando a ser representativo dos interesses dos emigrantes portugueses ■ Depois de exonerado, o general Garcia dos Santos vai ser condecorado pelo Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, revela a Anop ■ O fascista Ali Agca, que tentou matar o Papa em 1981, é formalmente acusado de ter caluniado o búlgaro Antonov ao envolvê-lo na tentativa de assassínio; Antonov, entretanto, continua inexplicavelmente preso ■ O primeiro-ministro grego, Papandreou, pede à CEE que boicote o Estado fantoche turco do norte de Chipre ■ É anunciado em Damasco a assinatura de um acordo de cessar-fogo em Tripoli.

26
Sábado

O semanário «Expresso» revela que Mário Soares conhece desde Outubro o escândalo em que está envolvido o secretário de Estado do Trabalho, acusado de utilizar verbas do seu gabinete ilegalmente e contra quem corre um processo em tribunal; o secretário continua no entanto em funções ■ A Federação dos Sindicatos do Comércio e Serviços repudia a liberalização dos horários dos estabelecimentos comerciais ■ A Comissão Pró-Associação Sindical da PSP repudia a decisão do MAI de transferir o comissário Santinhos para Bragança, que considera de «retaliação» e com o «intuito de afastar do centro da luta» aquele comissário ■ Tipógrafos britânicos fazem greve, deixando a Grã-Bretanha sem jornais, em protesto contra a perseguição do governo de Thatcher que põe em perigo os seus direitos ■ O Brasil manifesta-se contra a presença militar dos EUA no Atlântico Sul; os norte-americanos pretendem construir uma base na ilha de Trinidad, a 1200 quilómetros da costa brasileira ■ O representante da FDR de El Salvador anuncia que a comissão de paz governamental salvadorenha e o enviado dos EUA congelaram as negociações com a guerrilha.

27
Domingo

Manuel Scorza

O Conselho Nacional do PSD termina com o adiamento do debate de todas as questões consideradas polémicas, apenas deliberando a marcação do Congresso para Março, em Braga ■ Chega a Lisboa, a convite do Governo PS/PSD, o ministro dos Negócios Estrangeiros do governo racista da África do Sul, Roelof Botha ■ Realiza-se em Montemor-o-Novo o III Encontro de Mulheres Operárias Agrícolas do distrito de Évora; os 1300 participantes pronunciam-se por uma política democrática nacional ao serviço do povo e do país ■ Um jumbo colombiano cai nos arredores de Madrid, provocando 179 mortos, entre os quais o escritor peruano Manuel Scorza; do acidente sobreviveram apenas onze passageiros ■ Mais de uma centena de milhar de pessoas manifestaram-se em Manila exigindo a demissão do presidente Marcos e a instauração da democracia nas Filipinas ■ O primeiro-ministro libanês refere a possibilidade de anulação do acordo israelo-libanês, que actualmente se encontra congelado.

28
Segunda-feira

Nuno Abecasis, presidente da Câmara de Lisboa e dirigente do CDS, anuncia ter dado autorização para a demolição do Monumental, apesar de estar pendente no Supremo Tribunal Administrativo um recurso sobre aquela questão que constitui mais um atentado ao património cultural da cidade ■ Dirigentes do PSD, entre os quais o próprio secretário-geral, decidem impugnar uma moção aprovada no Conselho Nacional daquele partido contrária à despenalização do aborto, por a considerarem «antiprogramática, antiestatutária e nula» ■ João Salgueiro, ex-ministro da AD e presidente do Banco de Fomento Nacional, afirma que a política económica do Governo incentiva a fuga de capitais ■ A cimeira da «Commonwealth», a decorrer em Nova Delhi, condena por unanimidade as políticas da África do Sul e dos EUA que ligam a independência da Namíbia à retirada das tropas cubanas de Angola

29
Terça-feira

São conhecidos mais pormenores sobre um projecto do ministro do Equipamento Social, Rosado Correia, que prevê aumentos das rendas de casa. Em Lisboa e Porto, esses aumentos podem chegar aos 300 por cento! ■ O general Garcia dos Santos é condecorado pelo Presidente da República com a Ordem Militar de Cristo. Na ocasião, o ex-CEME criticou o processo da sua exoneração, da responsabilidade do Governo PS/PSD, salientando a propósito que esta atitude governamental poderá influenciar negativamente o relacionamento da Instituição Militar com o poder político ■ O jornal norte-americano «Washington Post» noticia que cerca de 200 soldados salvadorenhos se entregaram à guerrilha nos últimos dez dias.

Editorial

ANTICOMUNISMO — ARMA DOS INIMIGOS DA DEMOCRACIA

Nos últimos dias os factores de crise na situação nacional avolumaram-se.

Novos desenvolvimentos da crise económica e financeira, novos actos da guerra social contra os trabalhadores, novas acções de desestabilização económica, social, institucional e militar saídas das iniciativa da clique governante.

Simultaneamente o recrudescimento dos ataques contra o PCP que prepara de maneira activa o seu X Congresso.

São manifestações interligadas e não surpreendentes no evoluir da situação política portuguesa.

Quase dez anos nos separam da gesta heróica dos Capitães de Abril que ousadamente, em 74, quebraram as algemas do fascismo e abriram para o seu povo horizontes de liberdade.

É uma década singular da nossa História durante a qual os portugueses puderam verificar na prática como, exactamente nos momentos de aguda crise, o anticomunismo nas suas formas mais estafadas se torna a arma ideológica por excelência dos inimigos da democracia.

O Portugal de fins de 83, sob um Governo e uma política situados na linha de continuidade agravada de oito anos de brutal ofensiva das forças do passado, vive uma profunda crise generalizada e um novo surto de agravamento da luta de classes com o inevitável corolário de uma acerba luta política e ideológica.

São oito anos de um processo marcado por perigosos avanços da contra-revolução mas também por sérias derrotas das forças reaccionárias e significativas vitórias da democracia. Um processo irregular que tem hoje a conduzi-lo um Governo de coligação do PS com o principal partido da direita quimicamente pura, sob a chefia de Mário Soares, apostado em levar até às últimas consequências a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

E as «últimas consequências», é bom dizê-lo, só cegos ou os avestruzes de cabeça enterrada na areia não as querem ver: seriam o restabelecimento do poder económico e político dos monopólios, a restauração a curto prazo de uma nova ditadura do grande capital de que o 25 de Abril nos libertou.

A irrupção nestes últimos dias de uma nova e virulenta campanha anticomunista claramente articulada, envolvendo forças do Poder e sectores dos mais extremos da reacção fascista não é um facto casual.

Tem motivações internas e pressões e inspirações externas.

Coincide no tempo com factos, iniciativas e acontecimentos de profundo alcance na vida nacional.

Refiramos apenas alguns dos mais notórios:

Novo surto da guerra social contra os trabalhadores com novos aumentos do desemprego, a ampliação da chaga dos salários em atraso, a consumação do roubo do 13.º mês, a recusa à negociação da contratação colectiva que abrange mais de um milhão de trabalhadores, o agravamento da repressão laboral, neste caso o julgamento em curso dos 23 dirigentes sindicais da Função Pública que insistiam em ser recebidos pelo Primeiro-Ministro.

Discussão e quase certa aprovação na Assembleia da República, pela maioria domesticada da coligação governante, do Orçamento do Estado para 1984 que consagra e quantifica a falência financeira, o «crescimento negativo» do nosso desenvolvimento económico, a injusta repartição da carga fiscal contra os trabalhadores e capas médias da população.

Visita dos «fiscais» do FMI na sequência dos celerados acordos firmados em Agosto pelo Governo Soares/Mota Pinto que implicam, como se sabe: um brutal aumento da nossa dívida externa; a retracção forçada da nossa economia; nova queda dos salários reais que se aponta para menos 5% relativamente à taxa de inflação; o aumento dos preços, que se prevê atingir os 25% em fins deste ano; o aumento do contingente do desemprego para um milhão de trabalhadores em meados de 84; novas desvalorizações do escudo e restrições ao crédito; novas subidas das taxas de juro.

Começo das medidas de abertura da banca à iniciativa privada que abrirá também uma nova fase da campanha contra a banca nacionalizada, como reconhece, aliás, um dos homens que a dirigiram nos últimos dois anos — o ex-ministro da «AD» João Salgueiro — no acto de lançamento das chamadas «obrigações de caixa» para a banca privada pelo Banco de Fomento Nacional, de que é presidente do conselho de gestão.

Anúncio do «descongelamento» das rendas de casa, cujo aumento se prevê venha atingir os 300% e que afectará principalmente os reformados e pensionistas habitantes das velhas casas, a quem o Governo, «generosamente», se decidiu a pagar agora os retroactivos de Janeiro, e as rendas comerciais do pequeno comércio instalado nas velhas zonas.

No plano político, relevo para a exoneração do CEME, general Garcia dos Santos, no contexto de uma aberta ofensiva contra os militares de Abril, em particular contra o Presidente da República, e de desestabilização das Forças Armadas.

O que se passou em torno da exoneração do general Garcia dos Santos mostra que os círculos da reacção em Portugal jogam deliberadamente na desestabilização das Forças Armadas, querem acender entre os militares focos anti-Abril, pretendem governamentalizar e instrumentalizar as Forças Armadas portuguesas para objectivos antidemocráticos.

É claro está, uma feroz campanha anticomunista coincidente também com a intensificação dos preparativos para o X Congresso do PCP.

Para os inimigos da democracia a existência de um grande partido democrático dos trabalhadores — profundamente radicado nas massas populares, com uma intensa actividade dirigente e impulsionadora do movimento operário e democrático de massas, campeão da resistência popular e primeiro partido da oposição parlamentar à coligação governante — constitui um obstáculo intransponível à política restauracionista dos novos detentores da máquina governativa.

Em contraste com a guerra interna dos partidos do Governo — PS e PSD — a exuberante manifestação de unidade e democracia interna e de profunda coesão política e ideológica do PCP na preparação do seu X Congresso é um factor de preocupação para os arquitectos e executores da política de recuperação capitalista instalados no Governo.

Na eleição da nova Comissão Permanente do PS nem um só representante das facções desafectas a Soares lá pôs o pé, apesar de terem recolhido 34% dos votos no último Congresso. O último Conselho Nacional do PSD foi um autêntico conclave de gatos assanhados, de agrestes disputas entre os barões do partido, com o crescente isolamento de Mota Pinto e a ostensiva demissão do tubarão da Somelos, Eurico de Melo.

A furiosa campanha anticomunista actualmente desencadeada em Portugal tem a sua grande fonte inspiradora e dinamizadora em Washington, no Pentágono e nos antros da CIA e em concreto na «opção zero» de *mister* Reagan.

As directrizes gerais materializaram-se nos actos e declarações dos que em Portugal fizeram do anticomunismo a sua «opção» ideológica.

Mário Soares deu o tom numa entrevista ao «New York Times» onde dá largas ao seu anticomunismo delirante.

Soares tem por hábito fazer declarações à imprensa estrangeira que às vezes desmente frouxamente ou de maneira não convincente, e outras, pelo seu silêncio e indesmentidos, devem considerar-se nos seus verdadeiros termos.

Em Agosto de 75 na Conferência de Paris dos chefes socialistas da Europa ocidental e segundo o «Politique Hebdo» de 6/XII/76, disse que «o PCP tem meios financeiros ilimitados e milícias enquadradas por cubanos».

Em Fevereiro de 82 disse à TV espanhola que «o PCP continua com uma teoria vanguardista de ocupação do Poder sem respeitar as regras eleitorais e baseando-se sempre em posições de força».

Agora ao «New York Times» (a folha fascista «O Dia» escreve com uma curiosa grafia que «o Primeiro-Ministro de olhos tristes e modos de "gentleman" elucidou sobre os seus "tumores" quanto às "intensões" dos comunistas»!...).

À jornalista Flora Lewis que o entrevistou diz-se Soares «muito preocupado com os perigos comunistas».

«Infiltraram células organizadas nas Forças Armadas, estão a proceder a infiltrações», «a organização terrorista FP-25 não passa do braço armado do Partido Comunista, cujo objectivo é a desestabilização do País».

Soares não hesita em descer à calúnia mais abjecta.

A técnica da campanha é conhecida: o tema sai das centrais de diversão e entra em circuito onde cada comparsa e cada escriba vai acrescentando matéria da sua lavra.

No novíssimo órgão do neofascismo, em Portugal, «Semanário», o comentador de «O Diabo» e agora destacado corifeu do novo pasquim anticomunista, Júdice, faz um claro apelo à ilegalização do PCP e à guerra contra os comunistas, verte o seu ódio vesgo contra o partido dos trabalhadores.

Fala na «temática insurreccional do PCP» na «ameaça que o PCP constitui para o sistema democrático português», na necessidade de «acabar com o voto no PCP ou transformá-lo numa força política que lute por dentro».

Aludindo ao 25 de Novembro diz que nada justifica ter-se «permitido evitar, como evitou punir exemplarmente (os comunistas) que tivessem instrumentalizado militares para actos de sedição».

Numa tirada autenticamente pidesca diz que é preciso «limpar e sanear as estruturas de informação e investigação dos laços ocultos... entre membros do PCP e o terrorismo» e que «outra solução não haverá que não seja julgar, prender e condenar os culpados». Já ouvimos isto nos tempos do fascismo.

Lucas Pires, mais consequente, defende a criação de uma «Nova República». Assim falava Mussolini...

Nas evocações do 25 de Novembro — no qual, como qualquer analista isento pode ainda hoje verificar, o PCP apelou insistentemente à solução política do diferendo e preveniu contra os perigos de uma confrontação entre homens que dos dois lados da trincheira se poderiam entender — nas evocações deste ano, dizíamos, ouviu-se Jaime Neves confessar que no 25 de Novembro de 1975 quis prender Álvaro Cunhal, actual conselheiro de Estado, e deportar para Angola 200 políticos portugueses...

Tais afirmações de ódio, pronunciadas ao lado de Soares Carneiro, o derrotado candidato de S. Nicolau às eleições presidenciais de 80, são significativas e devem merecer a atenção de todos os democratas e patriotas, de todos os que continuam fiéis ao 25 de Abril.

Que significam estas afirmações e manifestações senão que os inimigos mais jurados da democracia e o seu estranho aliado Mário Soares sonham com um novo «regresso às catacumbas» dos comunistas, com a ilegalização de um partido estritamente vinculado à legalidade democrática, que representa mais de 20% dos cidadãos eleitores e cujas raízes mergulham profundamente nas massas populares.

Tais manifestações não intimidam o PCP, não desviam os comunistas das suas tarefas imediatas, em particular da movimentação democrática das suas organizações para a realização este mês do seu X Congresso, não abalam a sua confiança nas instituições democráticas.

O Congresso do Porto constituirá uma grandiosa afirmação democrática do Partido Comunista Português.

EM LIVRO
EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO 60.º ANIVERSÁRIO DO PCP
60 ANOS DE LUTA
ao serviço do povo e da pátria

A exposição comemorativa do 60.º aniversário do PCP, que milhares de pessoas tiveram a oportunidade de admirar no Pavilhão dos Desportos e, também, na Festa do AVANTE!

60 ANOS DE LUTA

De grande qualidade gráfica, em papel couché, com centenas de páginas, dezenas delas a cores, este livro é ao mesmo tempo uma obra de arte, um repositório de conhecimentos sobre a luta do nosso povo e a história do PCP, um valioso objecto de estudo, informação e formação. Possuí-lo será ter em casa o essencial da grandiosa exposição.

Uma grande iniciativa de edições Avante!

revista internacional
problemas da paz e do socialismo
revista dos partidos comunistas e operários

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744 769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725 769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Centrel Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828 779825 769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908 699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra. Tel. 28394.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 776936 776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês de Outubro 44 167

Assembleia da República

As «opções suicidas» do Governo

Na generalidade estamos conversados — sem abstenções, as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado para 1984 foram votados. De um lado, a maioria que foi apoiar o Governo, contando com a solidariedade da ASDI. Do outro a oposição, dividida na apreciação das propostas e nas razões do voto, mas contestando frontalmente as soluções avançadas pelo executivo — PCP, MDP votaram contra; contra votou o CDS; contra votou, ainda, a UEDS.

E o debate? Dada a importância dos diplomas em apreciação na passada semana, o debate poderia ter sido apaixonante. Mas não o foi. E quem tem presenciado não apenas as sessões sobre as Grandes Opções e o OE mas todas aquelas que, desde a abertura da última legislatura, se têm debruçado sobre questões importantes, já se vai acostumando. Se o Governo não tem por norma responder às perguntas levantadas, a sua maioria não tem fôlego para contra-argumentar às análises e apreciações da oposição. Com os resultados assegurados, ainda que tenham reservas à política proposta pelo Governo, os deputados da «maior maioria» produzem discursos chochos e à margem do debate. Passam a maior parte do tempo vagueando nos corredores ou fazendo pela vidinha noutros locais, deixando vagas as bancadas. E correm ao hemiciclo na hora de votar.

Na intervenção final do PCP, de que publicamos excertos, Carlos Brito afirmou:

A Assembleia da República travou um debate deprimente porque é um futuro medonho que se configura nas propostas do Governo e sobretudo porque se tem por certo que, sem alteração sensível, aquilo que podia ser apenas um pesadelo se vai tornar na política oficial do País para o próximo ano.

Com efeito as Grandes Opções suicidas do Governo PS/PSD não estão aqui para ser examinadas e corrigidas como institucionalmente se estipula. Estão aqui para ser ratificadas e votadas.

Os compromissos foram antes estabelecidos, à margem da Assembleia da República e dos próprios deputados da maioria, entre o Governo, melhor diríamos, uma pequena parte do Governo, e os grupos de pressão do grande capital e através do acordo com o FMI».

Um Governo atado de pés e mãos

Que poderia, pois, dizer o Governo? Que poderia dizer a maioria? Uns e outros limitaram-se a debitar auto-elogios. Nas bancadas do PS e do PSD, houve um pouco mais do que isso. Houve intempestivas declarações contra os comunistas. Não em resposta às críticas da bancada do PCP, mas como que exorcismos às suas propostas.

Encostados à parede pelos compromissos e pelo temor dos protestos que crescem em todo o País, os partidos do Governo esbracejaram. Enquanto fora da Assembleia se multiplicavam as iniciativas de massas protestando contra a política governamental, no hemiciclo, multiplicaram-se as intervenções da oposição que constituiram ao mesmo tempo uma crítica vigorosa e a demonstração de que uma política alternativa é possível e necessária.

Foi um Governo atado de pés e mãos por estes compromissos que tivemos nestes dias diante de nós, sublinhou Carlos Brito na intervenção final do PCP. **«O que se traduziu no embaraço de alguns ministros que ainda não sabem muito bem o que é que o ministro das Finanças vai ordenar para os seus ministérios em matéria de PIDDAC. Os compromissos que ditaram a enorme cambalhota do PS ao abrir ao grande capital a Banca e outros sectores básicos da economia e entregar a multinacionais e a grandes potentados porgueses o controlo das importações de cereais, açúcar e oleaginosas. Os compromisos que estão na base dos chorudos subsídios ao grande patronato, do fechar os olhos, com cumplicidade, diante do não pagamento dos salários e do não pagamento à Previdência, da fuga ao fisco, do crédito mal-parado. Os compromissos que originaram a lei dos despedimentos, o famigerado «lay-off» e o propósito de esbulhar os trabalhadores de direitos fundamentais alcançados depois do 25 de Abril.**

Classificando as opções do Governo como «política de regabofe para um punhado de grandes senhores» e como «imposição simultânea dos mais duros sacrifícios e das mais estritas exigências para os trabalhadores e a grande maioria dos portugueses», o dirigente comunista afirmou:

O grande interesse deste debate residiu no enérgico desmascaramento desta política e na cabal demonstração das suas ruinosas consequências. Intervindo constantemente, interrogando o Governo, fundamentando críticas e posições, os deputados comunistas deram uma importante contribuição para este resultado e honraram por essa forma o mandato que aqui os trouxe como eleitos do nosso povo.

Nem calorias nem vitaminas!

Com efeito, após nos dois primeiros dias dos debates se terem registado as intervenções de fundo de Carlos Carvalhas, Octávio Teixeira, Margarida Tengarrinha e Ilda Figueiredo — de que publicámos excertos no número anterior — vários deputados do PCP tomaram a palavra.

Joaquim Miranda acusou o executivo de, ao mesmo tempo que apregoa programas de reconversão em diversos sectores industriais, anunciar restrições ao investimento, continuação das elevadas taxas de juro e a diminuição da procura. O deputado denunciou ainda o verdadeiro escândalo das decisões governamentais no tocante a algumas empresas públicas como a EPAC, a AGA e a IAPO, enquanto pretende dar satisfação aos interesses de grandes industriais e de algumas multinacionais.

Anselmo Aníbal criticou as «opções de penúria» nas áreas da Habitação e Urbanismo, nas Obras Públicas e Transportes. Por seu lado, Silva Graça salientou o carácter ilegal e discriminatório do Orçamento no tocante ao Poder Local, ao mesmo tempo que considerou «de miséria» as verbas atribuídas às autarquias, que sofrem uma redução enquanto os seus encargos são aumentados.

João Amaral, numa breve intervenção, abordou o conjunto de problemas que afectam os cerca de 400 mil trabalhadores da Função Pública que vão, com este Orçamento, ver diminuídas as suas condições de vida.

Vidigal Amaro desmentiu as afirmações do Governo que indicavam ir registar-se um aumento das verbas atribuídas à saúde. Tal aumento revela-se falso comparado com a taxa de inflação e, por outro lado, há que contar com o agravamento dos factores que directamente têm a ver com a saúde — desemprego, aumentos de preços de produtos essenciais, agravamento dos problemas de habitação, dos transportes, falta de verbas para o saneamento básico.

A deputada Luísa Cachado, abordando os reflexos que o Orçamento irá ter no campo da educação e da cultura, traçou o negro panorama da realidade, sublinhando que as verbas previstas para a educação registam uma redução de 24 por cento, «as mais baixas da última década, considerando mesmo os últimos anos do fascismo».

«A distância entre esta filosofia (a do ministro que afirmou que o desemprego feminino compensará por as mães ficarem em casa a tomar conta dos filhos) e a de Salazar é apenas temporal», afirmou a deputada que, no final, concluiria: «Este Orçamento de Estado não tem calorias nem vitaminas para este percurso, ficará obrigatoriamente pelo caminho».

Finalmente, António Mota acusou o Governo de fazer orelhas moucas às propostas dos trabalhadores, de ser insensível às soluções apontadas por estes em variados campos e que, a serem consideradas, conseguiriam evitar milhares de desempregados e os salários em atraso. O deputado comunista referiu vários exemplos de iniciativas de trabalhadores no sentido de avançar soluções e sublinhou os 22 pontos reivindicativos da CGTP que apontam caminhos «através dos quais é possível e viável alterar a situação difícil de quem trabalha».

Mais uma vez ficou claro que este Governo não tem nas suas intenções resolver os problemas dos trabalhadores, do povo e do país. Está no poder para resolver os problemas de um punhado de capitalistas portugueses e facilitar os do imperialismo. Para servir as intenções do FMI.

Carlos Brito:

«Se este governo continuasse onde iríamos parar?»

A encerrar os debates das GOP's e do OE, por parte do PCP, o camarada Carlos Brito proferiu um discurso de que publicamos os seguintes excertos:

(...)

A situação apresenta-se já com tintas tão carregadas que o próprio ministro das Finanças, reconhecendo não sabemos se com satisfação, se com desgosto que «há uma efectiva desaceleração da actividade económica em Portugal», sente necessidade de dizer que é preciso «fazer todos os esforços para impedir que a nossa economia caia num círculo infernal contraccionista de involução económica».

Mas é isto precisamente o que está a acontecer.

Basta reparar na evolução negativa da taxa de formação bruta de capital fixo, que decresce de 4,3% em 1983 e que decrescerá 9,2% em 1984, segundo as Grandes Opções do Plano. Se este Governo continuasse, onde iríamos parar em 1985? Temos aqui a melhor ilustração de uma política de retrocesso, de recuo económico, uma verdadeira política de caranguejo.

E é crível em face disto, falar de mudanças estruturais da economia e sobretudo prometer a modernização das nossas estruturas económicas? Não significam estes números qualquer coisa como as setas que apontam numa direcção muito precisa, a ruína, o desastre?

E são verdadeiramente de desastre os orçamentos da saúde (– 11%), da Educação (– 16%), da Assistência e Segurança Social (– 13%), dos Transportes e Comunicações (– 14%), da Habitação e Equipamentos Urbanos (– 47%).

De desastre são também as novas subidas de preços dos géneros de primeira necessidade, que se podem adivinhar pelo que já foi a prática destes primeiros 6 meses de Governo PS/PSD e sobretudo pela circunstância de estar prevista uma redução de 15 milhões para 3 milhões de contos nas transferências para o Fundo de Abastecimento.

De desastre é o aumento da carga fiscal, particularmente do imposto profissional, do imposto complementar, do imposto de selo e das estampilhas fiscais, de todos os impostos que têm principal incidência sobre os portugueses que vivem do seu trabalho.

De desastre é ainda a política financeira para as autarquias locais que continua e agrava os esbulhos da AD, que introduz práticas discriminatórias antidemocráticas e que viola brutalmente a lei vigente em nome de uma lei que não existe.

Face a tudo isto, o Governo não pode disfarçar a dureza e a violência da sua política. Mas quer disfarçar a sua carga psicológica e logo se apressa a acenar com a brevidade e transitoriedade dos sacrifícios (o chamado «programa conjuntural de emergência» – de 18 meses). Os sacrifícios do presente em nome do desafogo e do progresso no futuro. «A luz no fundo do túnel» e outras balelas. Mas isto mesmo têm dito todos os governos desde 1977 e a situação tem vindo de mal a pior, desde esse ano. (...)

Os objectivos do Governo

(...)

Quem pode duvidar hoje, em face das evidências, que a acção governativa seguida nos últimos anos tem tido como objectivo essencial a restauração dos poderes e privilégios do grande capital e a reconstituição dos grupos financeiros e o seu controlo sobre a vida nacional à semelhança do que acontecia antes do 25 de Abril?!

Quem pode duvidar que à consecução deste objectivo se tem sacrificado, por imposição do próprio grande capital, o desenvolvimento do País e o bem-estar dos portugueses? É este objectivo que o Governo PS/PSD procura também concretizar e está a fazê-lo de maneira ainda mais desabrida que os governos anteriores!

As condicionantes da dependência externa foram também agravadas com o acordo com o FMI e as suas imposições. São tão absurdas algumas delas que fariam rir se não fossem trágicas, como aquela que nos obriga a reduzir a sobretaxa sobre as importações de 30% para 10% quando o Governo apregoa como opção essencial a redução do défice da balança de transações correntes, o que passa naturalmente pela redução das importações, e deveria passar igualmente por uma séria política de substituição de importações. Também neste campo vamos de mal a pior, assinale-se. Estamos é a substituir produção nacional por produtos importados.

As vítimas são sobretudo os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas da população portuguesa. Mas são também cada vez mais os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, os intelectuais e parte considerável dos quadros técnicos.

A injustiça social é a linha mais nítida que perpassa pelo texto das duas propostas de lei e dos relatórios que as acompanham.

O Governo trás à Assembleia da República uma política de classe perfeitamente marcada e descaradamente cruel.

Esta política comporta duas consequências, qual delas a mais grave: a primeira, a progressiva destruição da economia, com a hipoteca do futuro do povo e do País; a segunda, uma situação social em acelerada degradação.

Esta política governamental tem não só a nossa decidida reprovação, mas tem também o nosso enérgico repúdio. Tal é o significado da atitude que assumiremos ao votar contra as propostas de lei das Grandes Opções e do Orçamento do Estado para 1984.

Ao longo do debate na generalidade, como há dias atrás na interpelação sobre a política económica, dizendo não à política do Governo PS/PSD, não deixámos de apontar as grandes linhas de uma política alternativa, e de adiantar alguns exemplos que a tornam compreensível e através dos quais se podia concretizar.

Ao retrocesso, ao recuo económico nós contrapomos o aumento da produção na agricultura, na pecuária e em todos os sectores industriais onde esse aumento se possa fazer com uma pequena componente importada.

O caminho para sair da crise

Àqueles que proclamam cega e vesgamente que a única saída é o agravamento da nossa dependência externa e a hibernação da nossa economia, nós contrapomos como caminho para a saída da crise o aproveitamento dos recursos e das energias nacionais.

Afirmamos e provamos que é possível melhorar a situação da balança de transacções correntes, reduzindo a importação de bens supérfluos e de luxo, aumentando a exportação de bens de elevado valor acrescentado, acompanhada com a diversificação das nossas relações económicas externas.

Proclamamos como orientação fundamental a necessidade de caminhar rapidamente para a produção nacional de produtos importados e para a substituição de importações.

Afirmamos que a expansão das nossas actividades económicas só é possível com o alargamento do mercado interno e isso passa pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e de todo o nosso povo.

De acordo com estas orientações e visando minorar as consequências da política governamental vamos prosseguir a nossa batalha na especialidade. Apresentaremos na Comissão um grande número de propostas de alteração, designadamente, nas áreas das finanças locais, da segurança social – reformas e pensões; dos subsídios de desemprego; dos vencimentos da função pública e da situação dos trabalhadores da Anop. No plano da justiça fiscal proporemos entre outras alterações o desagravamento dos impostos profissional e complementar. Apresentaremos propostas nas áreas da habitação e da agricultura. Faremos a demonstração de que estas medidas são perfeitamente exiquíveis sem agravamento do défice do arçamento. Proporemos também medidas especiais e expeditas para apoio às vítimas das recentes inundações. (A propósito, queremos lembrar que neste momento só não existe ainda uma Comissão Parlamentar Eventual de Solidariedade com as vítimas das inundações por que o PS e o PSD não concordaram até agora com o agendamento de uma nossa proposta de resolução nesse sentido.

O Governo, que não é capaz de retirar conclusões dos fracassos provados da política que está a seguir; podia ao menos atentar mais democrática e patrioticamente nas manifestações de insegurança e descontentamento que percorrem o País de lés a lés e praticamente em todos os sectores significativos da vida nacional:

as grandiosas lutas e acções dos trabalhadores, as grandes reuniões de agricultores e comerciantes, os protestos mais variados de pequenos e médios empresários e industriais, e particularmente da construção civil, as advertências lúcidas de muitos quadros técnicos, o alarme preocupado lançado por tantos intelectuais, até opiniões de desagrado provenientes das Forças Armadas.

Qual o juízo que o Governo formula acerca desta situação? Está tudo com o passo trocado, e só o Governo e o círculo restrito dos seus incondicionais é que têm o passo certo? Esta multidão imensa de portugueses que acha errada a política governamental são desestabilizadores, estão envolvidos em operações de subversão como já aqui ouvimos, ou como se dizia mais retintamente nos tempos da ditadura, são «agitadores profissionais»?

O recurso a esta terminologia e a vontade de se socorrer destes conceitos não mostra a sem razão do Governo, não é sumamente preocupante e não comprova a experiência de que insistência numa política antipopular gera as posturas e as práticas autoritárias, totalitárias e ditatoriais?

O Governo e a coligação governamental não podem adiar o descontentamento do País, como adiam os debates incómodos na Assembleia da República. Ou o Governo arrepia caminho em frentes essenciais ou a oposição e a luta crescerão numa grande avalanche.

A incapacidade do Governo PS/PSD para compreender os resultados desastrosos da política que está a seguir e o estado de espírito de oposição que alastra e sobe no País implica que entretanto se agravarão enormemente os grandes problemas nacionais, mas determina, também, que se aprofunde uma situação que determinará irremediavelmente a sua queda.

Conscientes da necessidade de se travar este processo de ruína, nós, os comunistas, faremos ao Governo e à política governamental uma oposição cada vez mais vigorosa – democrática e patriocamente!

Alguns números significativos

Nas variadas intervenções dos deputados comunistas, durante os debates das GOP's e do Orçamento do Estado, muitos números foram avançados. Números que traduzem bem o carácter desastroso da política contida nos diplomas que o Governo fez aprovar à maioria PS/PSD. Alguns desses números em excertos das intervenções:

JOAQUIM MIRANDA
«O caminho das falências»

(...) As próprias GOP's, a página 51, limita o programa de investimentos da Administração Central ao máximo de 58 milhões de contos, o que significa uma redução em termos reais de 29% e com cuja verba «quase só se permitirá a continuação dos programas em curso e mesmo assim ajustados àquele nível de financiamento».

(...) Há reduções para 1/10 nas verbas para o Sistema Nacional de Qualidade; par 1/7 nas verbas para o incremento das energias renováveis; ou para metade nas verbas para apoio às pequenas e médias empresas, para a expansão do LNETI e para a prospecção de minérios.

(...) Como vai ser possível expandir o LNETI, como se refere nas GOP's, se a verba que lhe é destinada foi substancialmente reduzida relativamente à proposta feita pelo Ministério de Tutela? Também no que concerne às indústrias extractivas e para além de algumas referências imprecisas, o Governo não explicita, com objectividade, os projectos que possui e bem assim os investimentos que neste campo pretende efectivamente ver concretizados.

Este não é senhores membros do Governo, o caminho do desenvolvimento industrial: é o caminho das falências em série e das concentrações forçadas!

(...) O Governo pretende **tão só** diminuir a procura interna, nomeadamente de bens essenciais. Por isso reduz bruscamente as transferências do OE para o Fundo de Abastecimento que passam de 16 milhões de contos em 1983 para 3,5 milhões de contos em 1984, com todo o rol de consequências gravosas que daí decorrerão particularmente para as camadas da população de mais fracos recursos. (...)

ANSELMO ANÍBAL
«Opções de penúria»

(...) Penúria, em primeiro lugar, nas próprias dotações globais. O actual Ministério do Equipamento Social trabalhará com 39,5 milhões de contos, quando, em 1983, trabalhou com 46,4 m.c.; isto é, trabalhará com menos 7 milhões de contos, um corte que, em termos reais, atinge 30% dos gastos de 1983.

Penúria, em segundo lugar, em todo o conjunto relativo às obras públicas. Gerir-se-ão as Obras Públicas, em termos de Plano e Investimentos, com 29,4 m.c., em mera manutenção de subsistência.

(...) A penúria chega, em terceiro lugar, à construção de habitação e consequentemente a todo um importante mundo de empresas da construção civil de volume de emprego extremamente significativo. Essa construção de habitação, por iniciativa central, está gravemente desmuniciada: há uma diminuição brutal de verbas e, na prática, fixam-se meras limitações administrativas e pseudolegislativas à Secretaria de Estado.

Penúria, em quarto lugar na área dos transportes. São áreas apresentadas ensaiando um maior rigor de gestão, mas envolvidas, de imediato, pela manutenção pura e simples, a nível de gastos administrativos sectoriais e de plano, de 5 milhões de contos, seis milésimos do Orçamento de Estado. Os valores afirmados, na classificação funcional, da ordem dos 27,7 milhões de contos, que se traduz em termos reais, como diminuição de 14,4 % em relação ao orçado em 83 nesta área, identificam bem, entretanto, um peso muito relativo de um sector tão nevrálgico e decisivo alvo de tantas malfeitorias por parte de uma gestão que não tem sabido assumir, variadas vezes, as opções a favor do SEE.

SILVA GRAÇA
«Orçamento de miséria»

Este Orçamento é um Orçamento de **miséria** porque o que acontece, de facto, é que as autarquias locais verão, em 1984 as suas verbas reduzidas e os seus encargos aumentados. Se não vejamos.

As parcelas que totalizam os 80,7 milhões de contos com que o Governo procura lançar uma cortina de fumo que encubra a realidade são as seguintes:

- Transferências correntes e de capital — 51,5 milhões de contos;
- Novas competências dos municípios — 26,5 milhões de contos;
- Verbas à disposição da Administração Central — 2,7 milhões de contos.

(...) Se a Lei 1/79 fosse cumprida, como aliás o PS prometeu ao eleitorado, as autarquias locais receberiam 133,9 milhões de contos em vez dos 51,5 apontados neste Orçamento. O esbulho é portanto, este ano, para as mesmas competências, de mais de 82 milhões de contos. O maior de sempre!

(...) Vejamos agora como este Orçamento é **discriminatório**.

(...) A nível de distritos verifica-se que Beja, Évora e Setúbal recebem a mais respectivamente 12%, 9%, e 8%, enquanto o Algarve 20%. A nível de concelhos, e tomando como exemplo só o Distrito de Lisboa verifica-se que a Amadora terá um aumento nominal de receitas de 3%, Loures e Vila Franca de Xira 4%, enquanto Cascais receberá a mais 11% e Sintra 14%. Não é necessário recordar quais as forças maioritárias nos diversos distritos e concelhos referidos.

JOÃO AMARAL
«TFP's os peões»...

(...) Os trabalhadores da Função Pública são triplamente vítimas da política deste Governo, em três vertentes:

1.ª vertente: os TFP's vão sofrer como todos os outros trabalhadores as consequências dos cortes nos orçamentos da saúde, educação, segurança social, etc. (...)

2.ª vertente: aos TFP's vão ver diminuídas as suas condições de vida de forma directa e indirecta. De forma directa: a verba prevista para a rubrica pessoal é de 197 milhões de contos. A verba prevista para os aumentos é a verba provisional de 37 milhões de contos. Verba provisional para despesas de capital e para despesas correntes. Suponhamos que para despesas de capital vão 9 milhões de contos. Então não é facto que o que sobra (28 milhões de contos) não representa mais do que 12,5 por cento de aumento para os TFP's? Senhores membros do Governo, confirmam estes números ou atrevem-se a desmenti-los?

Quanto à forma indirecta, é a consequência da 3.ª vertente: os TFP's vão ser os peões de primeira linha dos cortes orçamentais nos sectores sociais. Não há casas, não há prestações de saúde, degrada-se o ensino, dificulta-se a segurança social, abandalham-se todos os equipamentos e prestações sociais. Culpados? Para o cidadão que quer, exige e tem direito a essas prestações — culpado e responsável é esse trabalhador, esse funcionário público que aparece ao cidadão, à sua frente, no *guichet* (...)

VIDIGAL AMARO
«Doentes pagam a crise»

(...) Ao analisarmos as Grandes Opções do Plano para 1984, não encontramos uma linha, não encontramos uma palavra sobre a política de saúde.

Mas logo se encontra a resposta perante a dolorosa realidade de um OE que diminui as verbas para a saúde em relação ao ano de 1983 em 7%.

Mas analisemos os números para que não se possa dizer, como o fez o senhor ministro e o Governo, que há um aumento de cerca de 18%.

Assim, em 1983 foram gastos com a saúde 73,2 milhões de contos. Este ano estão orçados 82,6 milhões de contos o que corresponde a um aumento percentual de 12,8%. Face à taxa oficial de inflação, fácil é concluir que há uma diminuição real de cerca de 7% no OE para a saúde.

Acresce que, como o debate já demonstrou, serão agravados os factores que directamente têm a ver com a saúde.

(...) Irá aumentar o desemprego, irão subir os preços dos produtos essenciais (o pão, o leite, as batatas, os ovos, a carne, o peixe), irão agravar-se os problemas de habitação, aumentarão o preço dos transportes as autarquias não terão verbas para as obras de saneamento básico.

É esta a escandalosa opção deste Governo num sector tão fundamental para os portugueses.

LUÍSA CACHADO
«Cortes na Educação»

(...) Em 1982 o peso da educação no Orçamento era de 12,5%, em 1983 de 10,9% e em 1984 desce para 9,4%.

As Grandes Opções do Plano, embora primem pela ausência inédita de uma política social e óptem por uma política exclusivamente financeira, contêm elementos que conduzem à degradação daquela que é a grande ausente.

(...) Para resolver o problema da degradação dos estabelecimentos de ensino e da carência das instalações escolares, o Governo não encontrou melhor forma do que restringir as verbas previstas.

A verba atribuída nesta rubrica é de 2 milhões e 500 mil contos, representando apenas 4% do valor global indicado para investimentos do plano, sendo a mais baixa da última década inferior em cerca de 42% à dotação inicial para 1983.

(...) Registe-se, por exemplo, o corte de verbas na Acção Social Escolar que sofre um decréscimo real de 18% nos sectores básico e secundário e de 8% no ensino superior.

(...) Também a investigação científica não escapou à política de cortes orçamentais. Os Centros de Investigação vêem as suas verbas decrescerem de 86 mil contos em 1983, para cerca de 58 mil contos em 1984. A dotação orçamental para a investigação científica e tropical passa de 25 mil contos aproximadamente em 1983, para cerca de 19 mil contos em 1984, ou seja, cortes na ordem dos 30%.

ANTÓNIO MOTA
«Os trabalhadores é que pagam»

(..) O desemprego cifra-se hoje em cerca de meio milhão. Para 1984 as medidas económicas de decréscimo da produção e do investimento propostas pelo Governo, a concretizarem-se, aumentariam o desemprego para 700 mil trabalhadores, ou seja cerca de 17% da produção activa. É para poder pôr em prática tais medidas que o Governo pretende aplicar o «lay-off». Se acrescentarmos as centenas de milhar de contratados a prazo, ficamos com o quadro da política laboral do Governo: é a política do medo e da insegurança, a política da repressão patronal, do desemprego e da degradação das condições de vida.

(...) Não há sector nenhum onde hoje não existam trabalhadores a trabalharem sem receberem salário a tempo e horas e nos termos contratuais.

O patronato usa os salários dos trabalhadores para financiar gratuitamente as suas empresas e interesses pessoais com inteira cobertura do Ministério do Trabalho.

Criou-se o regabofe dos dinheiros públicos. O patronato deve muitas dezenas de milhões de contos à Previdência; a fuga ao fisco atinge mais de 100 milhões de contos; os desvios de capitais para o estrangeiro sobem a mais de 60 milhões só em 1982.

Cada vez mais o patronato se recusa a negociar os CCT; são dilatados os prazos de negociação: são acordadas tabelas salariais com duração de 12 meses, que depois estão em vigor 18 e mais meses, o que representa o abaixamento real dos salários dos trabalhadores.

PCP

Octávio Pato: Durante 1983 o Governo não pagou o que devia aos Bombeiros

No encerramento da IV Assembleia da organização da 3.ª zona do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP, que decorreu no passado dia 27 na Escola Preparatória Manuel da Maia, em Campo d'Ourique, o camarada Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, fez uma intervenção sobre temas de viva actualidade, de que deixamos aqui algumas passagens:

A catástrofe que assolou a região de Lisboa, Vale do Tejo e Setúbal, na madrugada de dia 19, de consequências gravíssimas para as populações dessas regiões, veio demonstrar mais uma vez a total incompetência, incapacidade e incúria deste Governo.

Perante a perda de vidas humanas e os milhares (e não 600 como informou o ministro da Administração Interna) que ficaram sem as suas degradadas habitações e sem os seus parcos haveres, ante os prejuízos enormes infligidos a explorações agrícolas, empresas comerciais e industriais, ante a grave danificação e destruição de equipamento e outro património das autarquias das zonas mais atingidas, ante uma tão grande calamidade pública, o Governo fica indiferente, não toma as medidas que se impõem mas, em contrapartida, responde com uma monstruosa e vergonhosa operação de propaganda, destinada a promover as figuras de Mário Soares e Mota Pinto, que pressurosamente a Rádio e a Televisão acompanharam nos seus passeios a algumas das zonas atingidas.

Podemos, aliás, dizer que quando este Primeiro-Ministro e este Governo se deslocaram a algumas zonas sinistradas não foi para conhecer os problemas das populações mas para que a TV transmitisse as suas falácias.

E assistimos, assim, ao triste e ridículo espectáculo de ver o Primeiro-Ministro arvorado em locutor da Rádio e da Televisão, fazendo o balanço (falseado) das perdas humanas e materiais provocadas pelas inundações.

E se as consequências da catástrofe atingiram proporções que o Serviço de Protecção Civil ou outros departamentos de serviço público não foram capazes de enfrentar com a eficácia e rapidez que a situação justificava, é preciso que assaquemos as responsabilidades a quem de facto as tem, ou seja, ao Governo.

Na verdade, o Serviço da Protecção Civil não foi efectivamente dotado dos meios técnicos, humanos e financeiros adequados a tais circunstâncias, e quanto às Corporações de Bombeiros, que tão abnegados esforços realizaram, algumas vezes até à exaustão física, basta dizer que algumas delas nem já dinheiro têm para o combustível necessário para o seu material motorizado. Isto, porque o Governo, mais uma vez faltando aos seus compromissos, não pagou, durante todo o ano de 1983, o que devia a essas Corporações, ascendendo a dívida já a cerca de 200 000 contos, só em combustível.

No entanto, segundo Mário Soares e o seu ministro do MAI, desde a manhã de sábado, dia 19, que tudo estava sob controlo.

Mas o que é que estava sob controlo? Os que perderam as suas vidas? Os milhares de famílias que ficaram sem lar e sem haveres? Os agricultores e comerciantes que só muito dificilmente poderão refazer as suas vidas? As estradas por onde não se podia transitar? A água, a electricidade e os telefones cortados?

Nessa manhã, a única coisa que estava sob controlo do Governo era a máquina de informação posta ao ser serviço.

Lembremos, por exemplo, o facto de a Televisão não ter mostrado uma imagem sequer das deslocações que o Presidente da República fez às zonas sinistradas. Elas, contudo, realizaram-se mas poucos portugueses disso tomaram conhecimento.

Verba para «amigalhaços»...

Uma semana passada que foi sobre estes acontecimentos, decidiu-se finalmente o Governo a atribuir 2,5 milhões de contos para minorar os efeitos das cheias, verba tanto mais ridícula quanto sabemos que só o Concelho de Loures necessita de 2 milhões de contos.

Mais, esta verba que, segundo o Governo visa acorrer às necessidades mais urgentes, não só não vai ser entregue às autarquias, únicas entidades em condições de criteriosamente definir a sua aplicação, como ainda por cima se destina principalmente a crédito bonificado (logo reembolsável).

É óbvio, pois, que essa verba se destinará fundamentalmente a entidades privadas, como o Governo também já anunciou, irão ter unicamente como intermediários a CIP e a CAP.

Logo, pode concluir-se que, para além de irrisória, esta importância naturalmente, e mais uma vez, irá beneficiar os amigalhaços, clientelas políticas e eventuais negociatas.

Entretanto, as autarquias das zonas mais atingidas continuam sem ser dotadas dos meios técnicos e financeiros para poderem responder às novas necessidades criadas com os problemas decorrentes do temporal.

Isto, apesar dos apelos insistentes dos presidentes das Câmaras dessas autarquias.

Em relação ao pedido feito, por exemplo, ao governador civil de Lisboa, para a realização de uma reunião de todas as Câmaras do Distrito, com a sua presença, este recusou-se a convocá-la, argumentando que seria precipitado fazê-la.

Estará o Governador Civil de Lisboa à espera de outro temporal? Ou estará antes e unicamente preocupado com a água que ele e o Governo vêm metendo por todos os lados e que, a continuar, ameaça tornar-se em enxurrada que os irá levar a todos?

Adiar, o lema do Governo

Adiar, adiar, adiar, eis o lema deste Governo.

Adia a lei quadro sobre a criação de novos municípios, para se furtar à discussão do caso de Vizela, adia a lei sobre a interrupção voluntária da gravidez, adia a aprovação do direito à sindicalização da PSP, adia a tomada de medidas efectivas para minorar os efeitos das inundações e prevenir situações idênticas.

Com tudo isto, uma conclusão se pode tirar: a incapacidade deste Governo foi tão concludente, ante a calamidade que desabou, que seria legítimo esperar a demissão do Governo. Mas já que ele não foi com as enxurradas, então é preciso que todos os democratas e patriotas que estão em oposição à nefasta política deste Governo procurem convergir e se congreguem para impor a sua demissão e formar um Governo Democrático de Salvação Nacional.

Uma verdade se impõe cada vez mais a boa parte dos portugueses, incluindo muitos dos que aceitaram como boa a actual coligação do PS/PSD de M. Soares/Mota Pinto: depois do 25 de Abril, não houve governo que pior governasse; não houve outro governo que, num tão curto espaço de tempo, tivesse demonstrado de forma tão cabal o seu ódio às conquistas de Abril, o seu desprezo pelos interesses dos trabalhadores e de outras camadas sociais, a sua incapacidade para dialogar, em suma, um Governo que semeia ódios e conflitos, que se submete escandalosamente ao imperialismo americano, um Governo que pretende enterrar Portugal (e não salvá-lo como diz Mário Soares), um Governo que tem o «mérito» de reunir contra ele uma onda crescente de portugueses.

PCP DORT

Reunião plenária da Direcção Regional de Trás-os-Montes

A análise e debate da situação política e social na região e as tarefas relacionadas com o X Congresso do Partido foram temas em foco na terceira reunião plenária de 1983 da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes (DORT), do PCP.

Participou nesta reunião o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do Partido.

O documento com as conclusões deste importante encontro de dirigentes regionais de Trás-os-Montes e Alto Douro está dividido nos seguintes capítulos: Situação social e política na região («uma vida cada vez mais difícil e mais cara», «continua a ruína da lavoura», «o comércio em grandes dificuldades», «a saúde e o ensino pelas ruas da amargura», «o ministro da Saúde considera que há médicos a mais!», «as promessas eleitorais e a política de subdesenvolvimento», «plano rural integrado — uma burla?), o PCP tem alternativa, a luta é o caminho, juntar forças na defesa do desenvolvimento regional, e o X Congresso do PCP.

Sobre este último ponto, salienta a DORT:

A reunião plenária debruçou-se sobre os trabalhos preparatórios do X Congresso do PCP. Foi feita uma primeira abordagem das Teses postas à discussão em todas as organizações do Partido. Um balanço das reuniões gerais de militantes a realizar na região para o desenvolvimento e aprofundamento daquela discussão, bem como das eleições dos delegados ao Congresso, permitiu verificar a marcação de dezenas de reuniões na grande maioria dos concelhos.

Salientada a importância do Congresso e a necessidade do empenhamento militante das organizações e dos comunistas transmontanos e durienses na sua preparação, que será simultaneamente um factor dinamizador da própria vida orgânica do Partido na região.

Parede: em dia de festa, cinco novos camaradas aderiram ao Partido

Entusiasmo na inauguração do novo Centro do PCP na Parede

Carlos Brito: «como uma política antipopular degenera em autoritarismo e totalitarismo»

No passado domingo, dia 27, foi inaugurado na Parede (distrito de Lisboa) um novo Centro de Trabalho do Partido.

Cumprindo o programa previsto, houve alvorada com foguetes pela manhã, tendo-se seguido um almoço de confraternização com a participação de cerca de 400 camaradas, amigos e familiares, que encheram por completo o ginásio amavelmente cedido pelos Bombeiros Voluntários da Parede.

Mais tarde e perante mais de um milhar de pessoas, realizou-se um espectáculo seguido de comício onde, após uma intervenção do camarada responsável pela Organização da Freguesia e membro da Comissão Concelhia, usou da palavra o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central.

Depois de salientar a importância da inauguração de um novo Centro, não só para os comunistas, mas para todos os democratas e população da freguesia e do concelho, o dirigente comunista abordou a situação política, económica e social com que se defronta o país.

Numa passagem da sua intervenção, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP diria: «na ditadura fascista, quando o povo lutava, dizia-se que eram agitadores profissionais. O presente Governo começa a usar também essa linguagem, o que é uma demonstração da falta de razão da sua política, e também um sintoma preocupante de como o prosseguimento de uma política antipopular degenera em autoritarismo, totalitarismo e atitudes ditatoriais».

No quadro da situação presente, Carlos Brito salientou o agravamento profundo das condições de vida da população e a vasta actividade preparatória do X Congresso do PCP.

Ainda sobre o Orçamento Geral dos Estado para 1984, o dirigente comunista diria nomeadamente:

«As novas receitas de Estado prevê o Governo PS/PSD arrancá-las sobretudo aos trabalhadores e à população laboriosa. Assim, os impostos que mais sobem são aqueles que mais incidem sobre os trabalhadores que menos podem e contra o povo que se voltará o aumento vertiginoso dos preços que vai decorrer da redução das transferências para o Fundo de Abastecimento de 15 milhões para 3 milhões isto é, uma quebra de mais de 80 por cento».

Em seguida num ambiente de alegria bem visível procedeu-se à inauguração e visita ao novo Centro.

Como facto significativo regista-se a inscrição no Partido de cinco novos camaradas que escolheram este dia de festa para reforçar as fileiras do Partido e assim contribuirem activamente para a luta em defesa do Portugal de Abril.

Açores

Programa «1.ª Página» com Álvaro Cunhal

Nota do Secretariado do DORAA do PCP

O Secretariado da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do Partido Comunista Português enviou, a propósito da transmissão dos programas «1.ª Página», uma mensagem ao director do Centro de Produção dos Açores da RTP, a qual divulgamos nas suas partes essenciais:

O secretariado da DORAA do PCP segue atentamente, como é seu dever e seu direito, o tratamento dado à Informação pelos diferentes órgãos da Comunicação Social.

De há muito que temos a opinião que a maioria dos órgãos de C. Social desta Região são constante e profundamente manipulados pelo Poder Regional estabelecido, através de comportamentos quase sempre submissos e sempre estudados das respectivas direcções e chefias.

Esta referência genérica vem a propósito de um caso escandaloso agora criado pelo Centro Regional dos Açores da RTP.

Foi transmitido no Continente, no passado dia 15/11, o programa «1.ª Página», preenchido com uma entrevista com o secretário-geral do PCP. A RTP/A não transmitiu esse programa.

Foi transmitido no continente, no passado dia 22/11, o programa «1.ª Página», desta vez preenchido com uma entrevista com o ministro Ernâni Lopes. A RTP/A transmitiu esse programa a 23/11, no melhor horário.

Naturalmente que comparar o tratamento dado pelo Centro de Produção dos Açores da RTP às duas referidas edições do programa «1.ª Página» é curioso e concludente.

A RTP/A dirigida fez o seguinte:

1.º — Impediu os cidadãos da Região Autónoma dos Açores de ouvir e analisar as posições do maior partido da Oposição, no plano nacional, cortando despudoradamente a transmissão da entrevista com o secretário-geral do PCP;

2.º — Facilitou, ao máximo, a divulgação das posições do Governo PS/PSD, transmitindo prontamente e em horário de honra a entrevista dada pelo ministro das Finanças.

Protestamos energicamente contra este comportamento antidemocrático e manipulador, digno dos velhos coronéis das comissões de censura.

Exigimos uma rápida reparação desta ignóbil situação, reparação essa que só pode ser conseguida com a transmissão, no mesmo horário, da edição do programa «1.ª Página», de 15/11.

Informamos que esta mensagem será divulgada na íntegra aos diversos órgãos de Comunicação Social e será ainda enviada ao Conselho de Informação para a RTP e para os Órgãos de soberania.

A nota da DORAA foi enviada no passado dia 24, assinada pelo camarada José Decq Mota, membro do CC e responsável da organização do Partido na Região.

Sorteio do Comércio e Escritórios de Lisboa

O sorteio integrado na campanha do CT dos Escritórios e Comércio (Comité Local de Lisboa) teve, por razões técnicas, de ser adiado para 1 de Março de 1984. A informação aqui fica.

Camaradas da indústria e comércio farmacêutico

Com o objectivo de proporcionar uma discussão objectiva sobre problemas do sector, nomeadamente os de âmbito sindical, está convocada em Lisboa uma importante reunião para camaradas que trabalham na indústria e comércio farmacêutico, a realizar no próximo dia 6 (terça-feira), às 19 e 30, no CT Vitória. Participa!

Já se prepara a divulgação das conclusões do X Congresso

Mais do que uma ideia correcta, para algumas organizações é já uma tarefa em marcha. Falamos das iniciativas para divulgação das conclusões do X Congresso — o grande esforço que mobilizará, depois do próximo dia 18 (último dia do Congresso), todas as organizações do Partido.

Do distrito de Leiria surgem-nos um dos primeiros exemplos. Vem dos comunistas das **Caldas da Rainha**, que marcaram para o próximo dia 20 uma sessão pública com a participação do camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

A sessão decorrerá na Casa da Cultura daquela cidade, a partir das 21 e 30.

Camarada falecido

Francisca Costa (tia Chica)

Com 80 anos, faleceu no último sábado a militante comunista Francisca de Jesus Soares da Costa, residente na freguesia da Graça.

Presa pela polícia política em 1961, a tia Chica, como era conhecida, foi uma dedicada militante desde os tempos da clandestinidade, tendo actuado em tarefas de apoio ao Partido.

Juventude

Importantes sectores da juventude em luta

Em comunicado recentemente divulgado aos órgãos de Comunicação Social, o Secretariado da Comissão Executiva da Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa salienta que «as últimas semanas de prática governativa confirmam inteiramente a análise da CC da JCP, reunida em finais de Outubro, sobre o carácter agressivo e de classe da política do PS e do PSD, que está a provocar uma alarmante degradação das condições de vida das juventude portuguesa. A proposta de OGE, agora apresentada na Assembleia da República, é a continuidade lógica de tal política – é uma proposta para um orçamento de restrições acentuadas, para um orçamento de miséria».

Acrescenta a nota da JCP:

«A par do agravamento das condições de vida, desenvolvem-se em diferentes sectores da juventude, importantes acções de luta juvenil: as lutas na Universidade pela reestruturação dos Serviços Sociais; contra a corrupção aí instalada, pela revisão das bolsas de estudo e pela abertura de cantinas; as lutas em numerosas escolas secundárias (como nos concelhos de Loures, Almada e Barreiro), pela abertura das aulas e contra a falta de professores, contra a degradação e a falta de instalações, ou contra a introdução nas escolas de processos repressivos; as lutas nas escolas nocturnas (Viana do Castelo, Porto e Lisboa) pela resolução dos problemas sociais, de transportes ou pedagógicos dos trabalhadores estudantes. Todas elas constituem importantes acções de massas em defesa de interesses específicos da jventude, reveladoras da existência de um espírito combativo em importantes e amplos sectores da juventude e de condições para o desenvolvimento da luta juvenil. O êxito com que decorre, em Setúbal, a Jornada Distrital de Luta contra o desemprego e a aplicação do «lay-off», por melhores condições de estudo, demonstra, por outro lado, as enormes potencialidades da acção comum de diferentes camadas da juventude em torno de problemas comuns, designadamente do desemprego, verdadeiro cancro na vida dos jovens que este governo alimenta e promete ampliar.

A concluir, «o Secretariado da CE da CC da JCP saúda os jovens e as suas estruturas e associações que, com grande determinação se opõem aos ataques movidos contra os seus direitos, realçando o significado destas movimentações e dos traços inovadores que representam na situação da juventude.

«Tais factos confirmam e clarificam importantes aspectos de análise contidos nas Teses para o X Congresso do PCP sobre as lutas e o movimento da juventude e reafirmam o papel decisivo e determinante nas lutas de massas na defesa das conquistas democráticas do povo e da juventude portuguesa».

(No Suplemento desta edição do «Avante!», mesa-redonda com dirigentes da JCP).

Maternidade Planeamento Familiar Aborto

vasta e profunda reflexão colectiva de médicos, psicólogos, juristas, pedagogos, sindicalistas, deputados e dirigentes políticos

PROBLEMAS UNIVERSAIS DA MULHER ...E DO HOMEM
A VERDADE CONTRA A HIPOCRISIA

edições Avante!

Banca de Natal no Vitória

Em contacto com a nossa Redacção, a SIP da DORL recorda que é já a partir do dia 6 que funcionará a banca gigante de Natal no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, 170, em Lisboa.

«Aproveita, compra as tuas ofertas de Natal, contribuindo ao mesmo tempo com a tua oferta para o Partido» — aqui fica o apelo.

O horário de funcionamento da banca é das 10 às 22 horas, todos os dias.

X CONGRESSO DO PCP
PORTO • 15 a 18 de DEZEMBRO • 1983
COM O PCP CONTINUAR ABRIL

Coordenação do trabalho preparatório em Lisboa

Mais 337 novos militantes no distrito

Realizou-se no passado dia 24 uma reunião de coordenação do trabalho preparatório do X Congresso no Distrito de Lisboa. Do balanço realizado salientam-se os seguintes aspectos:

• Apesar do trabalho preparatório ter tido interrupções numa série de concelhos em que as organizações do Partido se empenharam activamente nas acções contra os efeitos das inundações, foram até ao momento realizadas cerca de 450 reuniões com a participação de mais de 5 mil militantes, aprovadas centenas de propostas de alterações aos documentos em discussão e eleitos já 76 delegados;

• O trabalho preparatório revela a aprovação em geral das Teses e das alterações dos Estatutos propostos pelo Comité Central, o esforço para assegurar o maior número de militantes nas reuniões, para aproveitar o trabalho preparatório para melhorar o funcionamento dos organismos e para cumprir o objectivo **«Quotas em dia até ao X Congresso»**;

• Um aspecto particular que se salienta neste período é o da inscrição de 337 novos militantes e a realização de 7 reuniões com amigos do Partido que registaram 120 presenças e onde foram recolhidas muitas sugestões sobre as Teses.

HOJE (5.ª feira)

Almada — reunião do sector da cultura, colectividades e desporto, no CT concelhio, às 15 horas; plenário dos militantes da Romeira, SIP, CTI, comissão de Centro, CCF, A. Municipal, célula da vereação na CM, organismo sindical, armazéns de livros, associações de amizade, CP e URAP, no CT concelhio, às 15 horas; plenário das células da EDP, Têxteis, cooperativas, ENI e C. Civil, no mesmo CT é à mesma hora.

Moita — reunião da Comissão Concelhia para balanço do trabalho efectuado e medidas organizativas, no CT da Moita.

Montijo — reunião da organização de freguesia de Sto. Isidro, no Centro Social.

Azambuja (distrito de Lisboa) — reunião em **Maçussa**, às 20 horas.

Tramagal (distrito de Santarém) — reunião da célula da MDF.

Rio Maior — reunião de militantes em **S. João da Ribeira.**

Caldas da Rainha (distrito de Leiria) — sessão pública na Casa da Cultura das Caldas da Rainha, às 21e 30, com Jaime Félix, membro do Secretariado do Comité Central do PCP.

Peniche — reuniões das células da Fruto da Liberdade, Audaciosa, Gaivota Branca, Maratona, Portugal de Abril, Rumo à Paz, Libertação, Unidade, Rumo à Pesca, Gaivota de Peniche e Homens do Mar, em Peniche, às 10 horas; reunião das céluals da Unipeixe e Marques Neves, às 15 horas.

Covilhã (distrito de Castelo Branco) — plenário dos trabalhadores comunistas das Minas da Panasqueira, no CT de S. Jorge da Beira, às 15 horas.

Belmonte —plenário em Belmonte, no CT, às 21 horas.

Figueira da Foz — plenário das organizações das freguesias da **Caraveda, Brenha** e **Quiaios**, no CT da Figueira, às 21 horas.

Coimbra — reunião do sector metalúrgico de Coimbra, no CT, às 15 horas.

Faro — reunião de mulheres, às 15 horas.

Alcoutim — reunião da organização da **Barrada**, às 17 horas.

Olhão — reunião de militantes às 15 e 30.

Portimão — almoço-convívio no CT.

Águeda (distrito de Aveiro) — plenário concelhio em Águeda, no CT, às 14 e 30.

Feira — reunião da célula da Câmara Municipal no CT da Feira, às 10 horas; reunião da organização de Rio Meão, e de Sanguedo, ambos às 10 horas.

Arouca — plenário da organização concelhia, às 14 e 30.

AMANHÃ (6.ª-feira)

Lisboa — reunião da organização da freguesia do Lumiar, no CT local, às 21 e 30.

Arruda dos Vinhos — reunião da Comissão Concelhia do PCP, no CT de Arruda, às 21 horas.

Azambuja — reunião da organização da freguesia de **Manique do Intendente**, às 21 horas.

Figueira da Foz — plenário das freguesias de Maiorca, Alhadas e Santa Ferreira, na Creche de S. Amaro da Boiça (Figueira da Foz), às 21 horas; plenário da célula da CP, na Figueira, nas oficinas gerais da empresa, às 12 e 30.

Montemor-o-Novo — reunião da organização da freguesia da **Abrunheira**, às 21 horas.

Guarda — plenário concelhio no CT da Guarda, às 21 horas.

Almeirim (Santarém) — reunião de militantes no CT do Partido.

Feira (Aveiro) — reunião da comissão do CT da Feira, às 21 e 30.

Sever do Vouga — reunião da organização de Sever do Vouga.

Palmela (Setúbal) — plenário da organização local da Estação de Palmela.

Almada — plenário de trabalhadores comunistas do Pão de Açúcar (Ramalha/Cova da Piedade).

Montijo — reunião da organização local de Lançada; reunião do sector das carnes, no CT do Montijo.

Sábado (dia 3)

Lisboa — reunião da organização da freguesia de **Benfica**, no CT local, às 12 e 30; e da freguesia da **Ameixoeira**, no CT do Lumiar, às 15 e 30.

Amadora — plenário de militantes da organização concelhia da Amadora, no Centro Cultural dos Trabalhadores da Pereira e Brito, às 15 horas.

Almada — plenário concelhio de quadros no salão de festas da «Incrível», às 14 e 30.

Palmela — reunião da organização da freguesia de Palmela, na Casa do Lavrador.

Feira — plenário concelhio no CT da Feira, às 15 horas.

Alcanena (Santarém) — reuniões das várias organizações locais.

Cartaxo – reunião de militantes comunistas em **Ereira.**

Sardoal — reunião de militantes na vila.

Soure (Coimbra) — plenário concelhio em **Soure**, às 20.30.

Condeixa — plenário concelhio, no CT de Condeixa, às 20 e 30.

Domingo (dia 4)

Almada — plenário conjunto da Construção Civil, no CT de Almada.

Setúbal — reunião de quadros intermédios da **Setenave.**

Abrantes (distrito de Santarém) — reunião de militantes em Alvega.

Cartaxo — reunião de militantes em **Vale da Pedra.**

Segunda-feira (dia 5)

Lisboa — reunião da célula da FNAC, às 16 e 30; reunião das organizações das freguesias das **Mercês, S. Paulo** e **Lapa**, no CT de Santos, às 21 horas.

Coruche (distrito de Santarém) — reunião da célula da Construção Civil, no **Couço.**

Terça-feira (dia 6)

Lisboa — reunião do organismo da Saúde, no CT Vitória, às 21 horas; reunião da célula da Tepclima, às 18 e 30.

Quarta-feira (dia 7)

Alpiarça — sessão de esclarecimento na Casa do Povo de Alpiarça, com Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Barreiro

5.ª Assembleia da célula da Quimigal

No último sábado, dia 26, realizou-se a 5.ª Assembleia da Célula da Quimigal/Barreiro, na Casa da Cultura dos Trabalhadores daquela empresa nacionalizada.

Fizeram parte da mesa, como convidados, os camaradas Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, Carlos Humberto e Jorge Pires, da Comissão Concelhia do Barreiro, que foram saudados calorosamente pelos delegados e convidados presentes.

Sob o lema **«Reforçar a Organização, Defender Abril, Construir o Futuro»**, a Assembleia, que decorreu animada e visivelmente mais concorrida do que a antecedente, contou com importantes intervenções.

Para além da leitura do relatório do Secretariado cessante da célula e dos relatórios dos diversos núcleos, foram aprovadas várias moções, nomeadamente sobre o roubo do 13.º mês, a campanha dos 1000$00 para o novo Centro de Trabalho, saudação do X Congresso do Partido e lidas comunicações sobre a acção sindical e das ORT's.

Depois da eleição do novo Secretariado da célula (33 operários, 5 empregados de escritório, um quadro técnico) e dos delegados ao Congresso, foram votadas e aprovadas as conclusões da Assembleia. Todas essas votações registaram unanimidade e aclamação.

No final houve uma intervenção política do camarada Joaquim Gomes, escutada pelos presentes com o máximo interesse.

Do documento com as conclusões da Assembleia, retirámos uma breve passagem:

A fim de melhorar a participação nas reuniões e a mobilização para as tarefas indispensáveis à nossa luta, tarefas que, no fundo, não serão penosas para ninguém se forem descentralizadas, propõe-se que se proceda a uma cuidada reestruturação dentro de cada organização. Uma das medidas a tomar deverá ser a ***criação de secretariados de núcleos****. Outra deverá consistir em exercitar a imaginação e ser-se ousado no sentido de encontrar a hora e o local mais adequado, acessível e bem aceite para a realização de reuniões, nas quais se torna indispensável saber ouvir, analisar e dar o seguimento conveniente às propostas e críticas dos camaradas, sempre com o fito de melhorar o trabalho colectivo.*

Se bem que com algumas dificuldades, provocadas, principalmente, pelo excesso de trabalho que o dificultado controlo da tão ruinosa gestão desta empresa ocasiona, tem-se verificado um esforço notável das estruturas unitárias dos trabalhadores na mobilização e condução das jornadas de luta que têm tido lugar, nomeadamente para a assinatura do AE, com vista ao pagamento dos salários em atraso, na defesa dos postos de trabalho, no combate à legislação antitrabalhadores e no caso do roubo do 13.º mês.

No entanto, para que a luta de massas se intensifique ainda mais (pois trata-se de um facto determinante com vista à urgente mudança de governo e de política, sem o que o País se afundará cada vez mais), o Partido deve acompanhar as organizações dos trabalhadores com redobrada atenção e eficiência. Assim, deverá ***criar-se um organismo intermédio, entre o executivo da célula e os núcleos das estruturas referidas****, com um membro para cada organização.*

A defesa intransigente do projecto Quimigal deverá continuar a ser uma constante da luta pela consolidação das nacionalizações.

Tudo a postos no Porto!

Informações úteis

A 14 dias do início do Congresso, na organização regional do Porto intensificam-se todos os preparativos para a montagem da maior realização do PCP — o seu Congresso.

A fase de planificação e elaboração de projectos, das maquetes e planos cedeu lugar aos trabalhos, em estaleiros próprios, da carpintaria, serralharia, costura de milhares de metros de pano, pintura de painéis, ensaios de iluminação e preparação de materiais eléctricos, etc., etc. Enquanto isto, escolhem-se, reparam-se, separam-se os inúmeros materiais que são já património do Partido, utilizados nas diversas iniciativas partidárias. Trabalha-se enfim afincadamente para que as equipas de implantação dêem entrada no terreno, isto é, no amplo recinto do Palácio de Cristal para início dos trabalhos de implantação e montagem.

Mas as tarefas preparatórias não se reduzem às questões de implantação. É a formação das equipas para os mais variados serviços de apoio ao Congresso (dos carros, da dactilografia e reprodução de materiais, da limpeza, do serviço de ordem, das equipas para os bares e restaurantes), a concretização de muitas outras tarefas que têm a ver com a recepção aos delegados e convidados nacionais e estrangeiros e a sua estadia, acções de decoração e colocação de sinalização para o local do Congresso.

O entusiasmo e a mobilização dos militantes da organização regional do Porto, e até de muitos amigos do Partido, é uma realidade.

O mesmo se depreende das assembleias das organizações para discussão das Teses e eleição dos delegados ao Congresso onde a par das expressões de aprovação na generalidade das teses apresentadas pelo CC, de identificação e alegria de pertencer a este belo e enorme colectivo, fica bem patente a satisfação pelo facto deste X Congresso decorrer no Porto e a vontade de corresponder inteiramente às mais diversas tarefas que a realização implica.

Dormidas

A Organização Regional do Porto garante dormidas em casas de militantes e amigos do Partido, aos delegados e camaradas de outras regiões que estarão de serviço no Congresso. Os delegados são alojados nos vários concelhos da área urbana do Porto, de acordo com a organização regional a que pertençam.

Assim, no concelho do Porto ficarão alojados os delegados de Lisboa e Setúbal, em V. N. Gaia os delegados do Alentejo, em Matosinhos os delegados da Madeira, Açores, Algarve e Minho, em Gondomar os delegados de Santarém, Leiria, Beira Interior e Beira Litoral, e nos concelhos de Valongo e Maia ficarão instalados os delegados de Trás-os-Montes e do interior do distrito do Porto.

Postos de acolhimento e informação

Os delegados e convidados terão ao seu dispor uma rede de 14 postos de acolhimento e informação. O principal desses postos funcionará no próprio jardim do Palácio de Cristal. É a esse posto (em funcionamento desde o dia 14 e no decorrer do Congresso) e aos localizados nos diversos Centros de Trabalho de acolhimento (nos dias 14 e 15 depois dos trabalhos do Congresso) que os delegados devem dirigir-se para obterem quaisquer informações e serem encaminhados para as residências onde ficarão alojados. Em muitos casos os camaradas que os alojarão irão aos CT para os receber.

São os seguintes os Postos de acolhimento e informação:

— **Palácio de Cristal**, no interior do Jardim, à entrada dos delegados e convidados.

— **Cidade do Porto**, no CT do Comité Local do Porto, na Rua Aníbal Cunha, 94, telefone 31 55 67, 31 91 79.

— **Gaia**, no CT da C. Concelhia de Vila Nova de Gaia, Av. República, 674, telef. 39 43 45.

— **Matosinhos**, no CT da C. Concelhia de Matosinhos, Rua Nuno Álvares Pereira, 35, telef. 93 57 73; no CT da C. Freguesia da Senhora da Hora, Rua Joaquim Pinto, 285, r/c; no CT da C. Freguesia de S. Mamede de Infesta, Rua da Estação, 22, telef. 90 42 86.

— **Gondomar**, no CT da C. Freguesia de Rio Tinto, Travessa da Ponte, 134, r/c, Rio Tinto, telef. 989 53 16.

Maia/Valongo, no CT da C. Concelhia da Maia, Rua D. Afonso Henriques, 664, Areosa, Águas Santas-/Maia, telef. 97 32 56.

Os camaradas destacados para serviço no Congresso poderão dirigir-se ao CT da Boavista, Av. Boavista, 931 a 937, telef. 69 56 51, onde funcionará o seu acolhimento.

Alimentação

Não será necessário sair do recinto do Palácio para tomar as refeições. Os delegados poderão almoçar e jantar durante todos os dias do Congresso por 150 escudos (refeição completa) e terão também ao seu dispor um serviço de bar. A ementa está feita: é variada e contempla todos os gostos.

Funcionarão também permanentemente dois grandes bares abertos a todos os convidados, onde será possível a preços módicos, quer comer uma refeição (prato 100 esc.) mais os necessários suplementos, ou comer sandes, bolos, bebidas. Haverá um bar exclusivamente distinado às «bicas».

Transportes

No posto de acolhimento e informação no Palácio, ou em qualquer centro de trabalho de acolhimento, os delegados e convidados terão ao seu dispor folhetos e um conjunto de indicações sobre transportes e horários, bem como poderão aí adquirir as senhas pré-compradas dos transportes colectivos.

E pode-se telefonar?

Há telefones públicos instalados junto ao posto de acolhimento e informação principal que funcionará no interior dos jardins e próximo da entrada para a nave do Palácio. Dessas cabines públicas será possível telefonar para qualquer ponto do País e até directamente para o estrangeiro.

Posto Médico

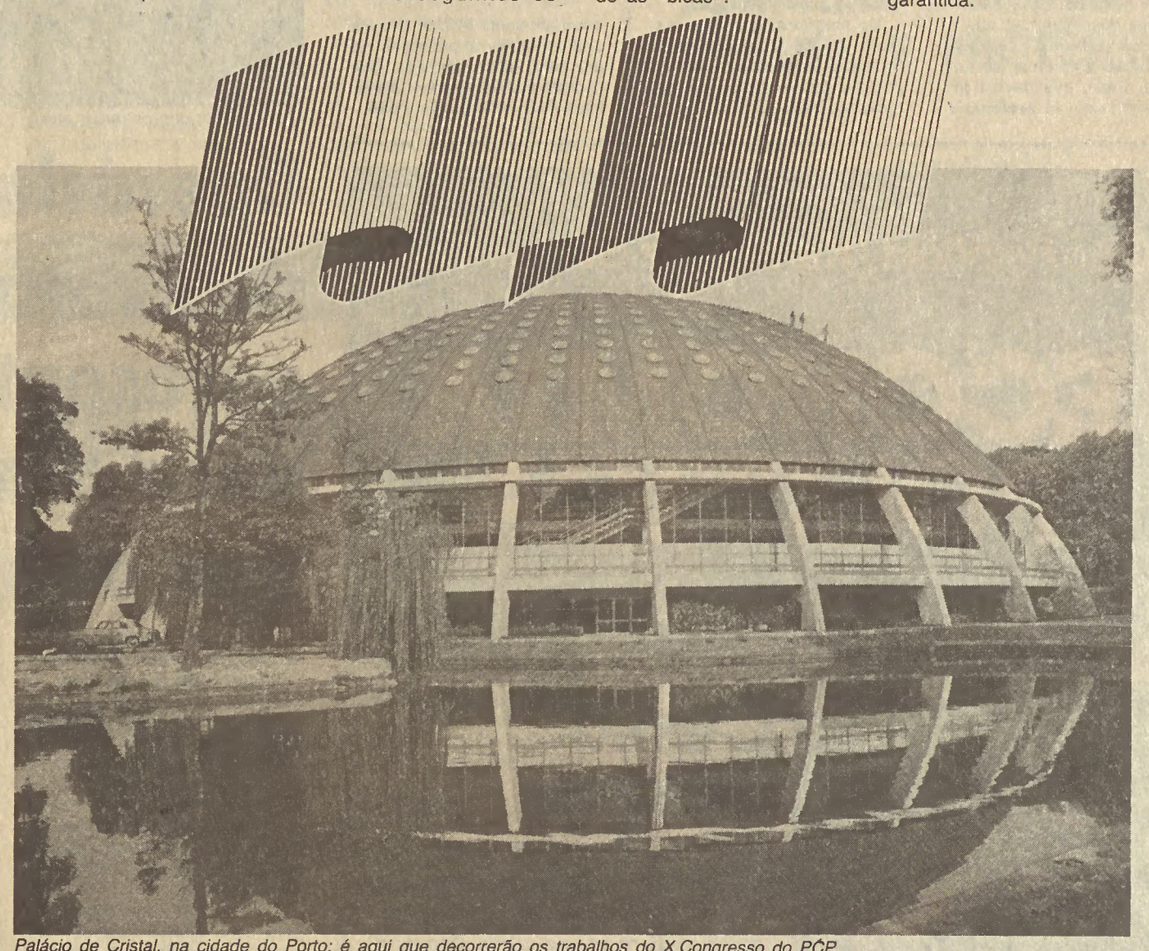
Apesar da proximidade do Hospital de S.to António, também há um posto médico a funcionar no jardim do Palácio de Cristal, com um horário de atendimento das 8.30 às 21.30 horas.

E as lembranças do Congresso?

Todos os materiais do Congresso, os emblemas, *crachats*, medalhas, isqueiros, esferográficas, poderão ser adquiridos num *stand* instalado nos jardins do Palácio. Próximo, no *stand* da CDL, serão apresentados livros e discos.

Uma recordação especial estará à venda no Congresso: uma garrafa de Vinho do Porto — X Congresso, de uma colheita especial.

Ainda no CT de Aníbal Cunha, a pouca distância do Palácio, tal como em anos anteriores estará em funcionamento o Mercado de Natal, onde como é habitual, os camaradas poderão adquirir muitos e variados produtos de qualidade garantida.



Palácio de Cristal, na cidade do Porto: é aqui que decorrerão os trabalhos do X Congresso do PCP

Comícios de solidariedade

No âmbito do X Congresso vão realizar-se comícios de solidariedade internacionalista que contarão com a presença de delegações convidadas.

Esses comícios efectuam-se nos dias e locais a seguir indicados, todos às 21 e 30.

Dia 16, sexta-feira

• ***Viana do Castelo****, no Teatro Sá de Miranda;* ***Coimbra****, na colectividade Norton de Matos;* ***Freamunde****, no salão dos Bombeiros Voluntários;* ***Póvoa do Varzim****, na Associação Comercial da Póvoa.*

Dia 17, sábado

• ***Braga****, no Liceu Sá de Miranda;* ***Espinho****, no Centro Cultural de Espinho; Ovar, no cinema;* ***Rio Tinto****, na Escola Preparatória.*

Nacional

Orçamento debatido em Comissão
Maioria não quer alterações

Na sala do senado, da Assembleia da República, e pela primeira vez em sessão aberta ao público da Comissão de Economia e Finanças, começou na tarde da passada segunda-feira o debate na especialidade do Orçamento do Estado, aprovado antes pela maioria governamental na qual se quis incluir a ASDI e com os votos contrários de todos os outros partido, conforme referios noutro local.

Se na generalidade os comunistas avançaram críticas vigorosas indicando alternativas, as alternativas são agora a contribuição do PCP para os debates. Logo no início dos trabalhos da Comissão, o PCP avançou uma síntese global das propostas de alteração que tem apresentado e que continuará a apresentar (prevê-se a continuação dos trabalhos para a semana que vem).

Na área do Ministério do Mar, a primeira a ser discutida, registou-se logo o que parece vir a ser a tónica dos debates: a maioria, com a ASDI atrelada, mostra-se completamente fechada a todas as propostas de alteração. O mesmo se dirá do CDS que tem votado sempre contra as alterações avançadas pelos comunistas. Na óptica dos centristas, as despesas deviam ainda ser mais reduzidas!

As recusas da maioria apresentam-se com a justificação de que não querem aumentar o défice e os deputados do PS e do PSD acham de difícil execução a proposta global do PCP.

Temos assim que, as propostas comunistas no âmbito do Ministério do Mar, prevendo um reforço de 5 milhões de contos para início da construção de navios para a marinha mercante e 2 milhões e 600 mil contos para o sector das pescas, foram recusadas. Pela borda fora foram, assim, no sector das Pescas, um milhão de contos para repor em funcionamento as grandes empresas paralisadas — a SNAPA e a CPP —, 600 mil contos para obras nos portos de Sesimbra, Vila do Conde e Sines, um milhão de contos para subsidiar a construção e a reconversão de barcos de pesca...

As propostas no âmbito do Ministério da Administração Interna não tiveram ainda seguimento, após o pedido de suspensão deste debate por parte do PSD. Na área do Equipamento Social e da habitação social, as propostas do PCP foram rejeitadas.

A síntese das propostas apresentadas pelo PCP diz-nos que poderiam reforçar-se significativamente as receitas do Estado. Em nada menos de 63 milhões e 150 mil contos. Tal verba seria transferida não apenas para os serviços gerais da Administração Pública, mas para a Educação (12 milhões e 702 mil contos), Saúde (1390 milhares de contos), Segurança e Assistência Sociais (3055 milhares de contos), Habitação e Equipamento Urbanos (5803 milhares de contos), Serviços Económicos (18285 milhares de contos). Esta rubrica inclui as verbas da Administração Geral, Regulamentar e Investigação; Agricultura e Silvicultura; Pecuária, Caça e Pesca; Indústrias Extractivas; Indústrias Transformadoras; Estradas; Vias Navegáveis e Portos; Outros transportes e comunicações; Turismo; outros serviços económicos. A proposta global de reforço de verbas do PCP prevê ainda despesas resultantes de desastres e calamidades — 5 milhões e 700 mil contos — e diversas outras despesas.

Onde ir buscar o dinheiro? É justo dizer que tais propostas agravariam o défice? Uma vista de olhos sobre o reforço das receitas indica que este prevê uma verba de 10 milhões de contos em resultado do combate à fraude e a evasão fiscais. Trata-se de apenas 10 por cento da fraude que tem sido estimada em 100 milhões de contos. Não é possível obter tal reforço? Só se faltar vontade política...

As propostas indicam ainda o reforço de 1150 milhares de contos de direitos de importação, 21 milhões de contos de sobretaxa de importação (este acréscimo resulta da manutenção da sobretaxa de 30 por cento vigente, cuja supressão é proposta pelo Governo, ao arrepio das dificuldades económicas do País e em contradição com a necessidade de contenção das importações).

Outros reforços foram previstos. Sobre eles e sobre os debates que continuam voltaremos a falar.

Amanhã, em Lisboa, sessão para reformados com o economista Eugénio Rosa

Reformados defendem os seus interesses

A União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social – Associação de Reformados, informa que se realizará amanhã no seu Centro de Dia, na Alameda Afonso Henriques, em Lisboa, uma palestra para reformados onde estará presente o economista Eugénio Rosa.

Esta iniciativa vem na sequência de outras tomadas pela Associação de reformados nos últimos dias, nomeadamente uma carta ao Presidente da República, general Ramalho Eanes, a dar conta das suas apreensões face à ruína a que o Governo PS/PSD está a conduzir o País, e uma moção aprovada no passado dia 18.

Nessa moção exige-se do Governo um Serviço Nacional de Saúde gratuito, para que os reformados «não morram abandonados devido à falta de apoio dos Serviços Médicos, como tem acontecido», que «seja revogada a Lei dos Pagamentos das embalagens dos remédios», que seja modificado o sistema dos chamados passes sociais, porque não serve a maioria dos reformados, que sejam alterados os aumentos das pensões (que no actual sistema de percentagem dá mais a quem mais ganha e quase nada à maioria), que o Governo desenvolva a habitação social.

Finalmente a moção repudia a política do actual governo no sentido da criação de uma «política de informação».

Mário Soares e o PCP

Na passada sexta-feira, um vespertino fez referência a gravíssimas afirmações sobre o PCP atribuídas a Mário Soares por uma jornalista do «The New York Times».

Nesse mesmo dia, a SIP do PCP divulgava uma nota em que se afirmava:

1. Pela gravidade do assunto, justifica-se inteiramente exigir ao dr. Mário Soares a confirmação ou desmentido das afirmações que lhe são atribuídas.

2. O PCP reserva-se o direito de vir eventualmente a comentar, nos termos adequados, as acusações que lhe foram dirigidas.

Cinco dias volvidos, à hora do fecho desta edição, não é conhecida nenhuma confirmação ou desmentido do dr. Mário Soares.

Pioneiros

«Se nós as crianças governássemos o mundo...»

Os Pioneiros de Portugal, do distrito de Lisboa, realizaram no passado dia 27 de Novembro no seu Quarto Encontro a «Assembleia Pela Paz», no Palácio Valenças, em Sintra.

Participaram 160 crianças e cada núcleo de Pioneiros fez a sua intervenção, seguindo-se um debate em que foi moderador o camarada Nereu.

Chamamos a particular atenção de todos os «crescidos» para a proposta saída da Assembleia dos Pioneiros, que é a seguinte: que seja criada «**A Declaração Universal do Direito à Paz**», que deverá ter um artigo único: «**É proibido a todos os países fabricarem todo o tipo de armas que destruam a Humanidade**».

A seguir ao almoço, foram projectados três filmes sobre a paz. Depois, foi a tarde livre para passearem em Sintra!

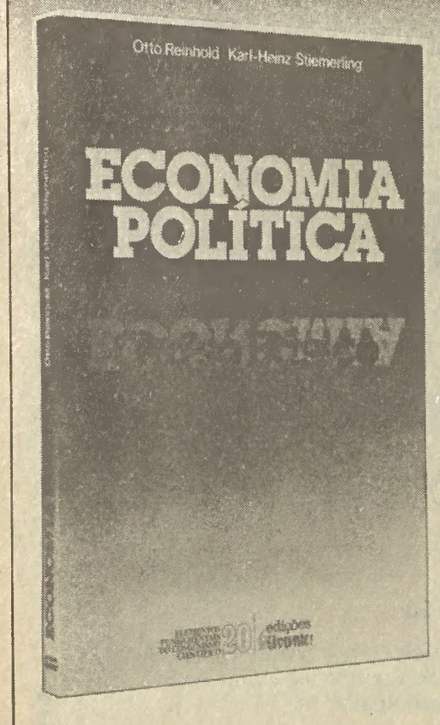
Casa do Pioneiro na Brandoa

O núcleo de Pioneiros da Brandoa vai inaugurar a sua Casa no próximo sábado.

Do programa, que será bastante variado e com início às 14 horas, destacamos: uma exposição de fotografias e outros trabalhos realizados desde há cinco anos; um lanche, e cerca das 18 horas a projecção de um filme realizado pelos próprios Pioneiros que tem por título «O Sol é de todos nós».

Otto Reinhold / Karl-Heinz Stiemerling

ECONOMIA POLÍTICA



Curso Básico

Esta obra explica e comenta, de forma simples e compreensível a todo o iniciado, as leis fundamentais dos modos de produção capitalista e socialista.

Contém uma análise detalhada da crise geral do capitalismo, incluindo o estudo da crise de 1974.

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTÍFICO 20 | edições Avante!

«Quarteto Chostakovitch» em Portugal

Já se encontra em Portugal a convite da Associação Portugal-URSS o «Quarteto Chostakovitch» para dar uma série de concertos em várias cidades do país: no dia 2 de Dezembro em Castelo Branco, no dia 3 na Covilhã, dia 6 no Porto e no dia 7 em Viana do Castelo. Todos os concertos se realizam às 21 e 30 horas.

Este agrupamento musical constituiu-se em 1967 e é já detentor de vários prémios, tanto na União Soviética como no estrangeiro. Em 1970, o Quarteto foi laureado com o primeiro prémio do concurso internacional de Munique e em 1973 obteve a medalha de ouro do festival Leo Weiner, de Budapeste.

O reportório do «Quarteto Chostakovitch» é bastante variado, integrando 150 obras de diversos compositores. De Chostakovitch o Quarteto executa, normalmente, os quinze quartetos e alguns quintetos.

Do programa a apresentar em Portugal, constam obras de Tchaikovski, Borodin, Beethovan, Haydn, além de Chostakovitch.

Como reconhecimento do valor das composições do músico português Luís de Freitas Branco, o «Quarteto Chostakovitch» interpretará também obras suas.

Terra

«Não permitir que as terras estejam abandonadas ou subaproveitadas»

Operárias agrícolas de Évora apresentam soluções para acabar com o desemprego

«Não devemos aceitar o desemprego de braços cruzados, os agrários não nos dão trabalho, não temos pão em nossa casa — então devemos ir buscá-lo onde o houver» — pode ler-se no documento de conclusões aprovado no III Encontro de Operárias Agrícolas de Évora, realizado no último domingo, em Montemor-o-Novo por iniciativa do Sindicato Agrícola daquele distrito.

Nas palavras — empurradas pela fome que já espreita — podemos encontrar um pouco do espírito que animou as cerca de 1300 mulheres que, provenientes das mais diversas vilas e aldeias, convergiram para o teatro Curvo Semedo com o intuito de discutir questões como o direito ao trabalho, a luta contra o desemprego, as terras abandonadas e a necessidade de uma política democrática e nacional que dê resposta à crise e defenda os interesses do povo e do País.

Sendo um dos sectores da população mais atingido pela repressão, pela discriminação e pelo próprio desemprego, as trabalhadoras agrícolas alentejanas souberam levar à tribuna do encontro, através de dezenas de intervenções, a situação dramática que hoje se vive nos campos do Sul.

Depois de um debate vivo os presentes aprovaram um documento de conclusões, apresentado por Maria Salsinha da direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura, onde se afirma que a luta que «estamos a travar pelo trabalho e pelo subsídio para todos os desempregados, está a assumir uma posição muito forte e certamente está a contribuir para a defesa das conquistas históricas dos trabalhadores e para que um dia, novamente, consigamos assegurar os nossos postos de trabalho».

Depois de efectuar uma breve análise à situação que se vive o documento aponta algumas medidas que, no entender dos promotores da iniciativa, poderiam alterar definitivamente o quadro presente, acabando com o desemprego nos campos do distrito de Évora: «não permitir que as terras estejam abandonadas ou subaproveitadas»; que as terras não cultivadas pelos agrários, «lhes sejam retiradas e entregues aos trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores; que sejam revistos todos os casos de ilegalidades sobre matéria da Reforma Agrária; que se aproveitem todas as terras de regadio e se introduzam novas culturas; que sejam aproveitados todos os recursos naturais».

Ainda na opinião das trabalhdoras agrícolas estas medidas, a serem tomadas, evitariam que estivessem «cerca de duzentas herdades abandonadas só no nosso distrito; não ficariam mais de 90 barragens e charcas com água por aproveitar, não ficariam milhares de quilos de azeitona por apanhar; a nossa produção de trigo, carne, arroz, batata, azeite, etc, aumentaria, mais riqueza haveria para o nosso povo, todos os desempregados teriam o seu posto de trabalho assegurado e não estariam famílias inteiras a passar mal e com fome como já estão».

No final do Encontro, a anteceder um desfile pelas ruas de Montemor-o-Novo, realizou-se uma concentração na Praça da República no decorrer da qual usaram da palavra Fernando Cruz, presidente da Câmara local e Mário Silva, da direcção do Sindicato Agrícola de Évora e do Secretariado Nacional da CGTP-IN.

Poder local

Temporais — o seu a seu dono

Num comunicado de 23 de Novembro passado, assinado pelo presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, camarada Daniel Branco, afirma-se: «Tem vindo a ser noticiado por diversos meios de Comunicação Social, no seguimento da reunião realizada ontem na Câmara Municipal de Loures, que os representantes dos municípios ali presentes haviam contestado a acção do Serviço Nacional de Protecção Civil — SNPC».

Todavia, «naquela reunião foi dito e fundamentado com exemplos, que o SNPC falhou na sua acção», mas «foi deixado claro que tal falhanço nada tem a ver com o empenho demonstrado pelas pessoas que compõem o SNPC. Concluiu-se sim que o Governo não colocou à disposição do SNPC os meios necessários».

Por outro lado «os esforços feitos pelo senhor General Neves Cardoso e pelos restantes oficiais que se mantiveram de serviço no SNPC não podiam nunca resultar melhor, pois que a nosso ver, em vez de lhes ser dada uma efectiva competência de comando das operações, estavam colocados no centro da indefinição, com reduzidíssimos poderes e obrigados a pedir favores a outras entidades para satisfazerem os diversos pedidos».

«Não estamos interessados em transformar o SNPC em "bode expiatório" — sublinha o comunicado — de responsabilidades que em nosso entender pertencem inteiramente ao Governo. Como também foi afirmado na reunião de Loures, já é mais que tempo do Governo responder às questões concretas e às angústias com que se debatem milhares de sinistrados».

Finalmente «a população aguarda acções e medidas concretas e não a continuação desta já longa espera. Ao Governo compete a responsabilidade de decidir com a maior urgência sobre as condições que irão ser dadas aos municípios e aos milhares de sinistrados para continuarem com o ritmo necessário a recuperar da situação em que ficaram e a repor a normalidade da nossa vida colectiva».

Câmaras do Barreiro e Évora solidárias com vítimas de temporal

Em moção aprovada na sua reunião de 24 de Novembro último, a Câmara Municipal do Barreiro deliberou «manifestar a sua total solidariedade às populações atingidas» pelas inundações, «continuar a cooperar por todas as formas possíveis e ao seu alcance com as Autarquias das zonas atingidas», «exigir do Poder Central as indispensáveis medidas para apoio às vítimas das inundações», «exigir que sejam tomadas medidas concretas de forma a evitarem-se, futuramente, idênticas situações».

Por outro lado a Câmara Municipal de Évora, em manifestação de solidariedade para com as vítimas das cheias, deliberou por unanimidade mobilizar o máximo de meios à sua disposição em resposta ao pedido de auxílio das Câmaras de Alenquer e Loures. Tal colaboração consiste no envio de duas dezenas de máquinas industriais e de uma equipa de trabalhadores voluntários, que durante uma semana reforçarão as equipas daqueles concelhos.

Com esta solidariedade, a Câmara de Évora expressa igualmente o sentimento de que «a actuação do Poder Central tem sido inoperante e insuficiente, à semelhança do que se passou com a seca em que, para além de tardios, os subsídios atribuídos ficaram muito aquém dos subsídios propagandeados».

Trabalhadores

Para cumprir o Orçamento *Ministérios mudarão de nome*

Não um ministro das Finanças, mas um ministro da Cobrança, Bolsas e Alta Finança; não um ministro do Comércio, mas um ministro dos Centros Comerciais e do Contrabando; não um ministro do Trabalho, mas do Desemprego — eis uma pequena parte das designações que este Governo deve mudar instantaneamente, pois corre o risco certo de perder aquele mínimo de credibilidade (como é costume dizer) que todo o Ministério que se preza deve ter por imagem de marca. Pelo menos na Televisão.

Não vem isto a despropósito, como podem pensar alguns crentes de nascença ou por formação, mas resulta daquela necessidade muito lógica de o nome corresponder, pelo menos em parte, à função. E as funções daqueles ministros e de todo o Ministério, como adiante minimamente se verá, não são outras senão as de ministrar as poções (nada mágicas, por sinal) que o Orçamento do Estado e a política subtractiva PS/PSD lhes mandam aplicar.

O mesmo se aplica naturalmente ao ministro da Educação, que deve passar para o Analfabetismo Classificado, e mais que naturalmente ao secretário de Estado da Administração Pública, que deve passar a ministro (em bom) da Indigência Cabal.

Aprovado na generalidade na última sexta-feira pela Assembleia da República o Orçamento dito do Estado não é do Estado é do Governo. Não se dá aqui novidade nenhuma, principalmente tendo em conta que as receitas aplicadas são fieis ao formulário «AD», e mais completas de acordo com as actuais subordinações ao Fundo, como se sabe, o FMI. Os ministros estão lá para aplicá-las a matar (outra verdade com a lógica do ferro) e só invocam o Estado por convenção. Para este Governo, instituições e contribuintes fazem parte do Estado, sim senhor, sobretudo quando se trata de pagar, trabalhar sem receber e despedir.

Assim é que não se deve passar adiante sem ver que o ministro da Indústria tem exclusivamente a seu cargo a nova pasta do Capital Financeiro e o dito da Saúde acumula várias funções, «trilateralmente», entre as quais o Desemprego Clínico não é de esquecer.

O Ministério do Protesto

Os trabalhadores, como não têm Ministério, acham por bem protestar e lutar contra todo o Ministério actual, contra a política que o pôs. Não usam assim mais que um direito comum. Mas o Governo não gosta e trata de ver se arranja (homessa!) um **Ministério do Protesto Qualificado e Bom.** A UGT, com vários elementos ministeriáveis à mão, já deu provas de estar pelos ajustes, e quer avançar. Seria esse Ministério (o MPQB) a coordenar, pelo menos, tudo o que é **Protesto** aceitável para este Governo ou Ministério Geral.

Não convém rir destas promessas, quando a UGT aparece, por exemplo, a dizer publicamente **o que é e não é** bom para a Função Pública, depois de uma qualquer FESAP ser recebida, com oportunismo atempado e bom manejo PS/PSD, pr um secretário de Estado da Administração Pública, desempenhando este o seu papel na farsa segundo a qual não haveria Sindicatos representativos e organizados na Função Pública, como nos outros sectores.

Rir da farsa não faz mal a ninguém. O secretário é mesmo da AP (Administração Pública) como a dita Federação amarela o é da AP. Só que esta não tem Sindicatos — pormenor aliás sem importância para que a imagem se confunda como deve ser.

A confusão nem sempre serve, porém, este Governo. A paródia dos compadres não vai mais longe que os seus narizes. O público vai-se reduzindo e se ri amarelo não é devido às cócegas da UGT/FESAP ou da FESAP/UGT.

As eleições sindicais, e exactamente no **Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores**, continuam a não deixar dúvidas sobre o apoio dos trabalhadores às direcções unitárias e sobre a confiança que merecem as organizações sindicais em que se integram, caso da Frente Comum dos Sindicatos do sector e da Comissão Negociadora Sindical.

Reunida esta última há dias com o secretário de Estado da Administração Pública, o mesmo que um dia antes, 22 do corrente, pretendera «autorizar» a FESAP com uma audiência, a CNS, que representa 30 Sindicatos, manifestava a «convicção de que valeu e vale a pena lutar», designadamente «contra a falta de propostas concretas e a tentativa de protelamento da discussão de salários para 1984».

Os TFP, que na última quinta-feira se manifestaram em São Bento por «salários em Janeiro que cheguem para o ano inteiro», exigiam, entretanto através da CNS em audiência com o secretário de Estado, que a data da negociação dos salários seja confirmada «até ao próximo plenário da Frente Comum, marcado para 29 de Novembro». Se assim não for, aquele plenário «aprovará novas formas de luta», assinala ainda a CNS, que exortando ao reforço da mobilização e da luta, refere, além da manifestação de Lisboa, a «concentração no Porto e acções nos outros distritos do Norte».

Neste caso da FP, como no dos **metalúrgicos** e **grandes sectores como o Público e Nacionalizado**, a **Banca, os Seguros,** a luta não depende, nem vai depender de um suposto **Minstério do Protesto Oficial** onde as boas graças da UGT representariam junto deste Governo a farsa do conselheiro, árbitro ou lacaio, conforme as ocasiões.

É certo que o Governo abusa dos seus poderes. Reprime quando deveria (e pode) negociar; manda a Polícia em vez do chefe de gabinete; boicota a contratação colectiva; recorre ao «deixa andar» e até estimula a falta dos salários ao fim do mês; obriga, em suma, à utilização de formas de luta que considera «ilegais», enquanto ele Governo se instala na ilegalidade — veja-se por exemplo a quantidade dos salários em atraso, que sem a luta só iria aumentar.

Mas, ainda assim, não basta ao Governo o uso dos meios ministeriais que tem. Na mesma linha de actuação da «AD», quer dispor de um **Ministério Sindical**, como já tem para o **Desemprego**, a **Qualidade da Vida** (isso, isso!) os **Impostos** e outros, aos quais já se aludiu aqui.

Mas o briquedo não anda sem pernas, ou coisa que o valha e a UGT não tem. Há Sindicatos representativos na UGT, isso há. Mas como não é a FESAP e outras «Federações» criadas no papel que vão dar o corpo ao manifesto, a UGT não vê melhor do que pôr em prática a sua vocação «ministerial» e faz como o Governo, embora dê a entender que não. Condena ou considera mal as manifestações dos trabalhadores que diz representar, sobretudo quando se trata de ver garantidos direitos, como seja o de negociar em pé de igualdade a aplicação prática de garantias constitucionais, que incluem a negociação colectiva dos salários e o resto do clausulado por que se batem as organizações sindicais representativas dos TFP.

A propósito de impostos

Mas, voltando acima e acabando o parêntese do novo **Ministério do Protesto Oficial**, o enunciado tinha a ver com os ministros que há, com o Orçamento (OE), impostos, preços, salários, desemprego, despesas públicas, despesas de carácter social e o mais que diz respeito não ao Orçamento do Governo PS/PSD, mas à vida quotidiana, perto de um Natal ameaçado e ameaçador.

Sobre isso se pronuncia claramente a CGTP.

Diz a Central, a propósito do Orçamento do Estado para 1984, que desde 1980 os impostos e os preços subiram, respectivamente, 173,6 por cento e 117 por cento — «muito mais que os salários» — que «vêm sofrendo e continuarão a sofrer uma profunda quebra no seu valor real».

Diz ainda a CGTP, segundo estudo fundamentado, que «só as receitas do imposto profissional subiram 208,8 por cento entre 1980 e 1984». Passaram nesse período de «18 para 55,6 milhões de contos».

De acordo com o Orçamento apresentado pelo Governo para o próximo ano, as receitas dos impostos, que somavam 194 milhões de contos em 1980, lembra a Central que vão atingir 530 milhões no final de 1984.

É obra. É obra que este Governo pretenda arrecadar uma verba dessas quando orçamenta para o mesmo ano de 1984 «encargos com a dívida pública» superiores «em mais de 44,4 milhões de contos aos gastos somados em habitação e transportes, saúde e educação, assistência e segurança sociais».

Ernânj: ministro da Cobrança, Bolsas e Alta Finança

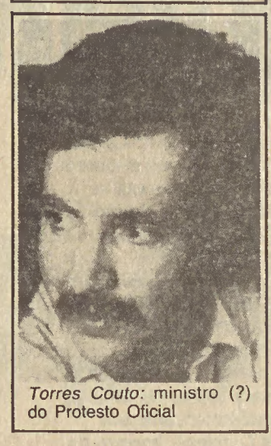
Álvaro Barreto: ministro dos Centros Comerciais e Contrabando

Recorde-se, como faz a Inter, que a mesma «dívida pública» inclui nomeadamente «as indemnizações aos capitalistas pelas nacionalizações representadas em títulos».

Enquanto para o Fundo de Abastecimento o OE/84 corta 12 milhões de contos assim do pé para a mão (eram 15 milhões em 1983) e reserva menos de 5,3 milhões de contos para as autarquias, tendo em conta os aumentos dos preços, o Governo não quer menos do que «reduzir em 6 milhões de contos as indemnizações compensatórias às empresas públicas», o que vai reflectir-se (e com que peso) por exemplo nos transportes públicos, que vai reflectir-se em aumentos de preços que já são factor de desequilíbrio para a inúmera maioria dos orçamentos familiares. Isto nos casos em que ainda existe a veleidade de orçamentar em casa seja o que for.

Que será da má qualidade do ensino?

Com o novo Orçamento a má qualidade do ensino vai desaparecer. Deixará pura e simplesmente de haver qualquer ensino, dizem os mal intencionados referindo-se aos filhos dos trabalhadores que ainda a ele têm acesso. O Governo corta nada menos do que 8 milhões de contos na verba para o sector. Se ele já era mau, se foi péssimo no princípio deste ano lectivo, o que vai acontecer nas escolas com muito menos dinheiro para o ano que vem?



Torres Couto: ministro (?) do Protesto Oficial

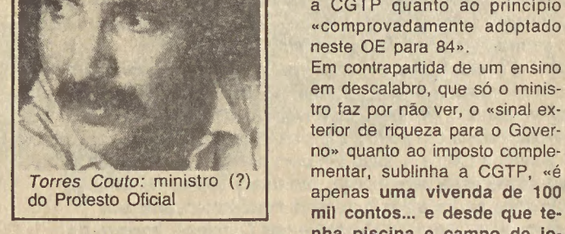
Lembra a CGTP que «os subsídios de transporte foram cortados», que será mais que nula «a quase nula comparticipação estatal nos livros escolares», que a «alimentação será mais cara nas escolas secundárias e na Universidade».

A novidade é pequena, mas é grande a preocupação. As construções escolares, já nada bafejadas pela sorte, num «país que tem o ensino mais deficiente de toda a Europa», continuarão a morrer nas verbas orçamentais.

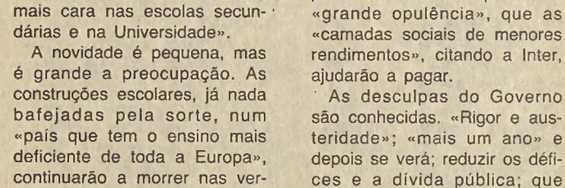
Isto num país onde a escolaridade obrigatória não passa dos seis anos e «apenas é cumprida por 20 por cento das crianças em idade escolar». É aqui que um Orçamento do Estado se dá ao luxo de cortar exactamente 8 milhões 940 mil contos num total de despesas estatais que só absorveu este ano 10,7 por cento desse total. Pois passa em 1984 para 9,4 por cento, mas «em contrapartida»... o **imposto complementar** acorrerá em benefício da família. Benificiarão os que têm mais rendimentos. Quem for casado terá um imposto maior. «Quem menos tem é quem mais paga», nota ainda a CGTP quanto ao princípio «comprovadamente adoptado neste OE para 84».

Em contrapartida de um ensino em descalabro, que só o ministro faz por não ver, o «sinal exterior de riqueza para o Governo» quanto ao imposto complementar, sublinha a CGTP, «é apenas **uma vivenda de 100 mil contos... e desde que tenha piscina e campo de jogos**...» Oh, lálá! «Cortina de fumo», chama-lhe a Central. Com ela o Governo «pretende mascarar a grande injustiça de carga fiscal» prevista para o próximo ano no capítulo da «grande opulência», que as «camadas sociais de menores rendimentos», citando a Inter, ajudarão a pagar.

As desculpas do Governo são conhecidas. «Rigor e austeridade»; «mais um ano» e depois se verá; reduzir os défices e a dívida pública; que esta deve-se acima de tudo às «despesas com pessoal» e o mais que por aí circula nos grandes meios da comunicação dita social, mas que privilegia sempre a função anti-social deste Governo, restringindo ou ocultando a milhões de pessoas o verdadeiro alcance das medidas orçamentais e confundindo deliberadamente o que interessa a meia dúzia com o interesse do País.



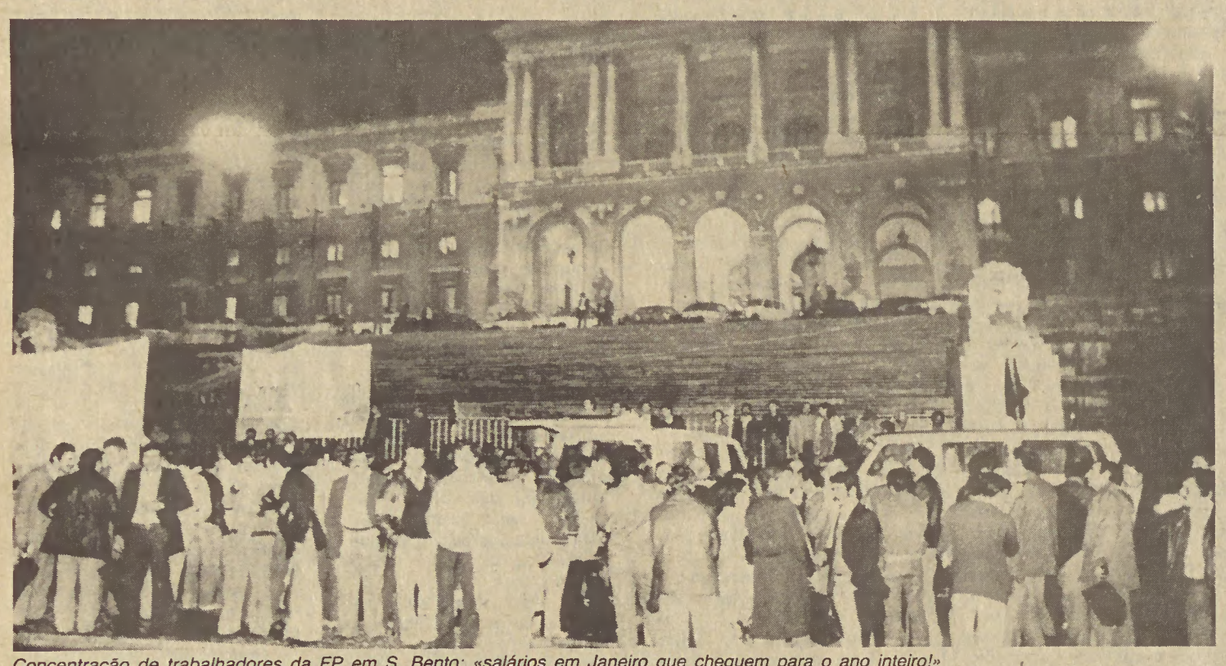
Maldonado Gonelha: ministro do Desemprego Clínico



Veiga Simão: ministro do Capital Financeiro

Amândio de Azevedo: ministro do Desemprego

José Augusto Seabra: ministro do Analfabetismo Classificado



Concentração de trabalhadores da FP em S. Bento: «salários em Janeiro que cheguem para o ano inteiro!»

Sectores e empresas

Avanço e coordenação na luta — prevê a CGTP-IN

As grandes questões nacionais como o aumento acelerado do desemprego, as previsões ameaçadoras sobre postos de trabalho e salários, a carga fiscal injustamente repartida, o aumento insuportável do custo de vida, a carência total de medidas da parte do Governo obrigam a respostas adequadas da parte dos trabalhadores e das suas organizações representativas, de que são exemplo neste período da luta formas muito diversificadas de protesto e acção com destaque esta semana para os **metalúrgicos** (concentração marcada para o dia 6), os **médicos** (I Conferência Nacional no último sábado), **Função Pública** (desfile e concentrações em Lisboa e no Porto, dia 24), **Sector Público, Nacionalizado e Participado**(manifestação junto a São Bento, em Lisboa, na passada quinta-feira), **construção civil** (previstas formas de luta), **comércio** (diversos protestos e manifestações de repúdio pelos novos horários – «liberalização»), **comunicação social** (criada uma comissão tripartida; várias tomadas de posição, designadamente da **SIP da DORL do PCP**), **professores, seguros,** e numerosas empresas, sectores e zonas do País onde os problemas se agravam e as dificuldades se acumulam perante um Governo mais interessado em novas formas de repressão e em combinações, que deixem de fora os Sindicatos e outras organizações representativas dos trabalhadores, do que em contar com a sua participação organizada para ajudar a resolver um sem-número de casos, alguns de verdadeira calamidade, de que nomedamente a CGTP se faz eco, protestando, apelando à luta e conduzindo-a diariamente no campo social.

A Central unitária, reafirmando que «a luta dos trabalhadores vai prosseguir contra a política calamitosa deste Governo», referia há cerca de uma semana, após reunião da Comissão Executiva do seu Secretariado Nacional, que:

«Uma análise da capacidade mobilizadora e de luta demonstrada pelos trabalhadores na jornada de 17 de Novembro, realizada apenas um mês depois das manifestações e concentrações nacionais de 15 de Outubro, confirma que **os trabalhadores e o movimento sindical unitário caminham para a realização de outras jornadas de luta mais coordenadas no plano nacional e mais avançadas na sua expressão, com o objectivo de derrotar esta política e este Governo, tal como fizeram com os governos da ex-AD».**

A Comissão Executiva do Secretariado Nacional da CGTP-IN reunia para «analisar a situação político-social e tomar medidas para prosseguir com a luta dos trabalhadores» para a qual foram determinados os objectivos seguintes: pagamento dos salários em atraso; continuar a denúncia da política fiscal do Governo, designadamente, do roubo do 13.º mês; defesa do sector público e da Reforma Agrária; desbloqueamento dos contratos colectivos de trabalho (abrangendo mais de um milhão de trabalhadores); a não aplicação do *lay-off*; actualização dos salários mínimos nacionais; e defesa do poder de compra dos trabalhadores.

Metalúrgicos marcam concentração

Para a próxima terça-feira, dia 6, junto ao Ministério do Trabalho, em Lisboa, foi marcada uma concentração pelo Plenário Nacional de Delegados Metalúrgicos, que anunciou ainda a realização de outras acções junto das delegações do MT «nos restantes distritos, assim como o recurso à greve pelo tempo necessário à participação dos trabalhadores nas referidas acções». As formas de luta aprovadas pelo Plenário Nacional descentralizado, com reuniões em Lisboa, Porto e Guimarães, incluí nos seus objectivos a exigência de «rápidas medidas do Ministério do Trabalho que visem ultrapassar a situação de impasse do CCTV (contrato colectivo) e o funcionamento da Inspecção do Trabalho com vista a pôr cobro à situação degradante dos salários em atraso».

Liquidar a Anop

«Liquidar a ANOP e manter a NP, alargando os seus quadros com vista a consumar a centralização, nas mãos da direita, do processo de difusão de informação aos órgãos que dela cada vez mais dependem à custa do financiamento do Estado, e fazendo com que as instituições democráticas percam o controlo sobre a nova agência», são objectivos indicados pela SIP da DORL do PCP como fazendo parte das «linhas essenciais» da «política de domínio e controlo do meios de comunicação social» por parte do Governo. Num comunicado em quatro pontos sob o título «A luta na comunicação social e o X Congresso do PCP», a SIP da DORL refere ainda entre os objectivos do Governo para o sector a desestabilização da «Imprensa estatizada (EPNC "DP", "JN")», a «governamentalização da RDP, através da introdução de um estatuto incompatível com a liberdade de informação e a independência que a Constituição consagra para o sector público», cuja viabilidade o Governo quer pôr em causa, mantendo **«uma gestão criminosa e permitindo que se mantenha como pasto para a satisfação de interesses particulares ilegítimos, que roça o escândalo e a corrupção, enquanto a capacidade instalada e os profissionais são subaproveitados».** A política do Governo que tenta «manter a manipulação informativa, em particular na RTP e RDP» tem encontrado pela frente «a resistência dos trabalhadores do sector». Sublinha a SIP da DORL que essa política «já teria sido levada às últimas consequências se, em vez da luta e da resistência», houvesse «uma atitude de expectativa e de confiança nas promessas de homens como o dr. Mário Soares, o dr. Almeida Santos, ou o inexistente dr. Anselmo Rodrigues».

Clínica geral: uma carreira em perigo

Promovida pelos Sindicatos dos Médicos do Norte, Centro e Sul, decorria entretanto em Lisboa (sábado, na Junqueira) a I Conferência Nacional sobre a Carreira de Clínica Geral. Entre as reivindicações principais aí aprovadas, que foi decidido enviar a vários órgãos do Poder, consta a redução para mil habitantes/1 médico da relação actualmente existente e que se cifra, segundo dados oficiais em 1500/1. Outras reivindicações aprovadas relacionam-se com as condições de trabalho, a remuneração e a recusa do antigo estatuto de «médico da caixa» ao qual corresponderia, no entender do Sindicato dos Médicos da Região Sul, «salvo honrosas excepções» o que se passa actualmente, «em alguns casos», com o «exercício do médico de família».

JOVENS!

JORNADA DISTRITAL DE LUTA E PROTESTO

CONTRA O DESEMPREGO

CONTRA OS DESPEDIMENTOS

CONTRA A LAY-OFF

CONTRA A DEGRADAÇÃO DO ENSINO

28 Nov.º a 3 Dez.º 83

DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE DA:

União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal

C.G.T.P. INTERSINDICAL NACIONAL

Está a decorrer uma jornada de luta da juventude do Distrito de Setúbal, contra o «lay off», os despedimentos, o desemprego e a degradação do ensino.

Na preparação desta jornada realizou-se um plenário distrital de organizações juvenis do distrito, que subscreveram um abaixo-assinado, um apelo e um comunicado, alertando todos os jovens e a população do distrito para os problemas específicos da juventude.

Foram também promovidos plenários e reuniões com jovens trabalhadores, RGA's de estudantes e de trabalhadores-estudantes, reuniões de pais, saíram 5000 autocolantes e 5000 cartazes e fizeram-se cerca de 100 faixas alusivas à jornada.

Durante a preparação da jornada foram contactados cerca de 2000 jovens trabalhadores e estudantes.

Na semana de luta continuam as reuniões nas empresas e nas escolas, estão marcados colóquios, nomeadamente em Setúbal, Almada e Barreiro, passagens de filmes, plenários concelhios de jovens delegados e dirigentes sindicais para se debater os problemas da juventude, bancas, etc.

A jornada termina com uma concentração em Almada, na Praça do MFA às 15 horas, seguida de desfile. Na iniciativa estão directamente empenhados os jovens trabalhadores e estudantes dos concelhos de Setúbal, Palmela, Sesimbra, Montijo, Alcochete, Barreiro, Moita, Seixal e Almada.

Os jovens dos concelhos de Alcácer, Grândola, Santiago e Sines, realizam no mesmo dia 3 um encontro em Grândola às 9 e 30, onde vão ser debatidos e discutidos os problemas dos jovens trabalhadores e estudantes, muito especialmente dos jovens trabalhadores agrícolas.

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Internacional

América Latina A HORA DOS POVOS CONTRA O IMPERIALISMO

São os avanços das forças progressistas que impelem o imperialismo a bater-se desesperadamente para não perder as posições que considera «suas»

Com avanços e com recuos, com vitórias ou com derrotas pontuais e temporárias, a situação que se vive nos países submetidos a regimes ditatoriais mais ou menos declarados ou em arremedos de democracia que disfarçam mal a imposição dos interesses imperialistas, é de confronto. Confronto entre oprimidos e opressores, explorados e exploradores, democratas e reaccionários.

Confrontos com diferentes formas de expressão de acordo com as condicionantes específicas de cada país, mas que fazem sentir o seu peso como uma contra-ofensiva revolucionária um pouco por toda a parte.

A América Latina é disso um bom exemplo, embora se perca por vezes essa perspectiva, centradas que estão as atenções na escalada agressiva norte-americana, em particular na América Central e nas Caraíbas. Importa no entanto não esquecer que são os próprios avanços das forças progressistas que impelem o imperialismo a bater-se desesperadamente para não perder as posições que considera como suas.

Alguns acontecimentos recentes ilustram da melhor forma esta realidade. No Chile, por exemplo, onde a ditadura de Pinochet tem os dias contados, o poderoso movimento popular pelo regresso à democracia vem conseguindo vencer inclusive as barreiras ideológicas que separam as diferentes forças da oposição.

As tentativas divisionistas dos apoiantes de Pinochet de abrir um diálogo com a parte da oposição consubstanciada na Aliança Democrática, que reúne desde sectores do Partido Socialista a sociais-democratas e forças de centro direita — numa palavra alguns dos principais sectores que apoiaram o golpe que derrubou o governo popular de Salvador Allende e hoje estão descontentes porque prejudicados com a política económica do ditador — redundadram em fracasso. Não porque a AD chilena não tenha tentado reivindicar-se como a oposição possível e a alternativa viável ao regime fascista, com que aceitou travar negociações, mas porque a vitalidade das forças de esquerda se fez sentir de tal forma que se tornou impossível esquecer ou ignorar que a oposição ao regime e a vontade de mudança política expressa pelo povo chileno já não permite deixar de fora sectores tão importantes como os comunistas, socialistas e outras forças democráticas.

O simulacro de diálogo que deixava de fora tão importante parte da oposição — na realidade a que pretende alterações profundas na organização social, económica e política do Chile, a que não aceita apenas a saída de Pinochet mas exige o fim da ditadura — foi interrompido, para dar lugar às acções conjuntas de protesto de toda a oposição.

Às forças da AD não restava outro caminho, sob pena de perder o crédito popular conquistado nos últimos dez anos, beneficiando da circunstância de não haver sofrido tão duramente como os comunistas e outros democratas a repressão da ditadura.

E sob pena também de uma vez mais facilitar o caminho à ditadura, dado que não constitui segredo que Pinochet encara a possibilidade de um autogolpe de Estado. Segundo denunciou recentemente o jornal comunista clandestino «El Signo», Pinochet consultou já o Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre o possível apoio ao autogolpe, denominado «Operação Andrómeda», da autoria da sua polícia secreta. O ditador pretende assegurar a colaboração de oficiais fiéis para afastar os generais que começam a pôr em causa o seu mandato.

Mas nem Andrómeda salvará Pinochet. Desde que a unidade continue a fortalecer o movimento operário e político, desde que as gigantescas jornadas de protesto popular continuem a ser expressão da vontade de todos os que pretendem acabar com a ditadura.

A ditadura treme no Uruguai

Após dez anos de sangrenta repressão, a ditadura militar uruguaia foi abalada no passado domingo por uma das mais imponentes manifestações populares da história do país. Mais de quatrocentas mil pessoas se concentraram em Montevideu exigindo o regresso à democracia, enquanto noutras cidades do país se realizavam concentrações com o mesmo objectivo: exigir que a «democracia» controlada que o governo de Gregório Alvarez pretende institucionalizar — e que deixa de fora todas as forças de esquerda — seja uma verdadeira democracia, sem exclusões, onde todos os partidos possam participar nas eleições do próximo ano, a liberdade de imprensa seja restabelecida, os presos políticos sejam libertados e os militares regressem às suas verdadeiras funções.

Como afirmou recentemente o secretário-geral do Partido Comunista do Uruguai, Rodney Arismendi, vive-se no país **um movimento em que o povo do Uruguai se levanta em conjunto e em que o repúdio que sempre existiu na população contra a ditadura toma formas orgânicas concretas. Já não são apenas os comunistas e as forças democráticas organizadas na mais dura clandestinidade que suportam todas as provas. Hoje as formas de organização da luta popular incluem os grandes partidos Branco e Colorado, outros sectores políticos, organizações camponesas, utilizam as formas legais do movimento operário da classe operária, dos estudantes,** etc.

Numa palavra, a ditadura uruguaia entrou numa contagem decrescente, sem retorno.

E também em El Salvador, na Guatemala e em tantos outros países onde nem sequer a intervenção directa do imperialismo norte-americano consegue impedir a caminhada dos povos para a democracia. O reconhecimento pelos Estados Unidos das vitórias das forças progressistas é elucidativo. Recorde-se como o embaixador dos EUA em Salvador, Thomas Pickering, foi forçado a criticar o governo e certos sectores salvadorenhos que não tomam medidas concretas contra os crimes cometidos por grupos fascistas, como os esquadrões da morte, que nada têm em comum com a Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional, como ele próprio reconheceu. E como não teve alternativa a não ser a de concluir que a FMLN continua forte.

Recorde-se também como apesar dos monstruosos crimes cometidos pelas forças policiais e grupos fascistas no Peru as forças de esquerda alcançaram nas últimas eleições autárquicas uma vitória que é uma clara condenação do regime e a expressão inequívoca da vontade popular de viver em plena democracia.

Ou ainda como mal-grado todas as manobras da direita, dos representantes do grande capital internacional que vive da droga e da exploração da mão-de-obra boliviana, o governo de Siles Suazo escolhido por vontade popular continuar a trilhar os difíceis caminhos da democracia.

E também na Argentina, onde a luta pelo regime democrático entrou numa nova fase e novas perspectivas se abrem à resolução dos graves problemas económicos, políticos e sociais que atingem a esmagadora maioria da população.

Para já não falar da Nicarágua e dos regimes progressistas do sub-continente, alvo preferencial dos ataques do imperialismo norte-americano. Da Nicarágua sandinista cujo valor e apoio popular a administração Reagan e a própria CIA acabam de reconhecer, ao constatar que os contra-revolucionários que tanto se têm empenhado em ajudar não contam com o apoio do povo nicaraguense.

Tudo isto se passa no pátio das traseiras de Reagan, como ele gosta de dizer, justamente quando o imperialismo norte-americano mais se esforça por fazer retroceder a história, sem parecer dar-se conta de que tal é impossível.

A invasão de Granada representa um recuo, é certo, mas apenas temporário. E para além dos crimes cometidos, das violações do direito internacional, do repúdio generalizado que semelhante acto provocou, aos Estados Unidos fica apenas a duvidosa glória (mesmo em termos imperialistas) de ter interrompido um processo progressiata numa minúscula ilha das Caraíbas... De ter escavado também, pelas próprias mãos, o fosso que não pára de crescer entre o norte e o sul do continente americano.

Mas não é apenas da América Latina que chegam exemplos da luta dos povos pela sua libertação económica e política do imperialismo. A situação que se vive hoje nas Filipinas é outro exemplo de como os fiéis aliados de Washington perdem terreno.

Ferdinando Marcos e o seu regime foram contestados na rua por mais de uma centena de milhar de pessoas. Que exigiram a demissão do ditador e a instauração da democracia.

Trata-se de movimentos de massas demasiado poderosos para que possam ser ignorados, quer pelos governos fantoches que ocupam o poder, quer pelos centros de decisão da Casa Branca que os suportam. E por mais que isso os desgoste, os imperialistas norte-americanos não podem apagar todos os fogos que ateiam com a sua política. Não é o confronto leste-oeste que está em causa. É a marcha inexorável dos povos para a liberdade, por muito duro que seja o preço a pagar por isso.

ANTICOMUNISMO

Um folhetim de provocações com o mesmo pano de fundo

Quase no próprio momento em que o atentado de Rangum (capital da Birmânia) vitimava alguns membros do governo sul-coreano, o presidente da Coreia do Sul, Chun Doo-Hwan, acusou «agentes» da República Democrática e Popular da Coreia de serem os responsáveis pelo assassínio, que visaria a sua pessoa.

Tal acusação – claramente rejeitada pela Coreia Democrática — teve o seu seguimento lógico. Pelos vistos há muita pressa. Muita pressa em acusar, ainda quando nenhum elemento concreto poderia existir para fundamentar uma acusação. O que, à partida, é motivo de sobra para suspeitar da seriedade do processo que se lhe seguiu. Muita pressa em «provar» o que precipitadamente se afirmou.

Agora temos a «notícia» de que um comando de três norte-coreanos teria sido enviado para a Birmânia com o objectivo de matar o presidente de Seul. Acusa-se de cumplicidade a embaixada da República Democrática da Coreia em Rangum. Arranja-se mesmo uma «confissão» de um dos presos norte-coreanos, de que a ordem para matar teria sido dada pelo general norte-coreano Tae Chang Su.

No seu conjunto, estes acontecimentos «vêm a matar».

Não, naturalmente, para a Coreia Democrática, empenhada num processo de reunificação nacional que se não compadece com acções terroristas. E aqui valerá a pena recordar as palavras de Dimitrov no processo de Leipzig — um dos momentos altos da provocação anticomunista, que outras múltiplas vezes se viria a repetir a nível internacional — ao manifestar uma profunda «indignação com a acusação injusta, com o facto de um crime tão anticomunista como este ter sido atribuído aos comunistas», e afirmar a rejeição do «terror individual e as aventuras conspiradoras».

Mas são sem dúvida acontecimentos muito favoráveis à concretização da política do imperialismo na zona. Sobretudo quando atribuídos a comunistas. É de há dias a imagem do presidente Reagan, espreitando, com binóculos, para a Coreia Democrática — nessa fronteira imposta ao povo coreano pelas tropas ianques, que entretanto manifestaram em 1950 a sua incapacidade para a ambicionada conquista total do país — uma «unificação» nos moldes imperialistas... É de há dias essa viagem do presidente norte-americano por terras da Ásia, a lembrar que aí também se avolumam perigos de guerra, se acumulam armas das mais sofisticadas, nomeadamente nucleares, se elaboram planos agressivos, se reforçam e ampliam pactos militares sob liderança do Pentágono.

Um conjunto de factos — estes sim indesmentíveis — que bem mostram estarmos face a uma nova farsa, face a uma nova provocação anticomunista, com a absurda acusação de envolvimento da Coreia Democrática no atentado de Rangum.

Uma provocação anticomunista que nos faz lembrar outras.

Exemplos não faltam

Serguei Antonov, cidadão búlgaro, continua na prisão romana de «Rebbibia», desde 25 de Novembro de 82, apesar de manifestamente estar inocente da acusação que lhe é dirigida — participação numa tentativa de assassinato do Papa — facto que hoje é mesmo confirmado pela própria justiça italiana, através do juiz Ilario Martella.

Entretanto, quando da prisão de Antonov, esses mesmos meios de informação (ao serviço de quem?), que hoje se cingem a um circunspecto silêncio, embandeiraram em arco. A própria União Soviética estaria implicada no assunto. Isto tudo apesar de o autor do atentado, Ali Agca, estar ligado aos fascistas turcos, o que, à partida, tornava toda a história particularmente confusa.

Não nos interessa entretanto aqui esmiuçar a multitude de provas inequívocas que leva a própria justiça italiana a afirmar que Agca mente. Importa antes destacar: o que é que se pretendia com tudo isto?

Referiremos apenas dois factos.

● **«Se se conseguir provar a cumplicidade do KGB, o movimento marxista nos países católicos da Europa e da América Latina levará um golpe ideológico decisivo»** — afirmava, em tempos em que a provocação antibúlgara estava no seu auge, o jornal americano «USA Today».

● Segundo a cadeia de TV norte-americana NBC, em Fevereiro de 83, o vice-presidente dos EUA, George Bush, em visita a Roma, declarou, em nome do presidente Reagan, que a Casa Branca daria todo o seu apoio às investigações referentes ao atentado ao Papa, **mesmo que isso pudesse vir a ter um efeito negativo nas conversações entre a União Soviética e os EUA em Genebra.**

São bem transparentes as razões políticas da provocação conhecida pela «pista búlgara»! E convém não esquecer que o crime é normalmente cometido — mesmo que por mãos alheias — por aqueles a quem mais aproveita.

O caso Antonov é um entre muitos outros. Recordemos o julgamento e assassinato «legal» do casal **Rosemberg»**, em plena «caça às bruxas». Recordemos **Sacco e Vanzetti.** Ou simplesmente **Kennedy**, cuja política — entretanto «digna» de uma potência imperialista — não assumiu o carácter belicista que sectores dominantes na vida político-económica norte-americana desejariam.

Em todos eles, saltam à vista os objectivos, as pretensões dos seus promotores. Um traço comum — o anticomunismo. E, naturalmente, a falsificação dos factos.

Não gritou Goering, para Dimitrov, no Tribunal de Leipzig, quando os argumentos manifestamente lhe faltavam: o seu partido «é um partido de criminosos que deve ser liquidado!»?

Granada e o Boeing

Desta política, desta sistemática acção provocatória essencialmente dirigida contra os comunistas, contra a comunidade socialista, e hoje também em particular contra a Paz — importa salientar em poucas linhas, dois exemplos muito recentes. O caso do Boeing sul-coreano (tanto mais que, tal como a montagem de uma pretensa responsabilidade da Coreia Democrática nos acontecimentos de Rangum, confirma as preocupações e a acção do imperialismo que se desenvolve no Oriente e na Ásia) e a inqualificável agressão de Granada.

● Quanto ao caso do Boeing bem conhecido, apenas a repetição de algumas perguntas: porque é que o avião sul-coreano, pouco depois da partida, se afastou da sua rota 500 quilómetros? Porque é que os serviços americanos encarregados do controlo do voo não deram o alarme nem informaram a União Soviética? Porque é que o trajecto indevidamente percorrido sobre território soviético não foi directo, mas exactamente sobre as zonas de localização de importantes centros militares? Porque é que não houve qualquer resposta às tentativas de contacto? E ainda: porque é que, após uma precipitada acusação de Reagan contra a União Soviética e uma histérica campanha dos meios de comunicação **ao serviço** do imperialismo, o manto do silêncio recaiu sobre o «caso do Boeing»?

● **Granada** — talvez o mais escandaloso exemplo de ingerência, de comportamento abertamente colonialista. Também um clamoroso exemplo de isolamento dos EUA, até por parte dos seus aliados da NATO. Pois mesmo neste caso, apesar da evidência das razões e objectivos do imperialismo, se ensaiou uma história — verdade que bem mal alinhavada — para justificar o injustificável: a «ameaça» à vida dos cidadãos norte-americanos, a construção de um aeroporto que Reagan entendeu ser militar (e se fosse?...). Ambas as pobres «razões» invocadas são falsas. Dois dias antes da invasão, o conselho militar revolucionário de Granada, afirmando garantir a segurança dos cidadãos americanos, facultou a sua evacuação, se desejada. Não teve resposta. Quanto ao tal aeroporto, segundo a própria sociedade inglesa «Plessey», que participou na sua construção, «o aeroporto foi construído segundo critérios puramente civis».

* * *

Todos estes exemplos — e muitos outros — têm uma base política: a guerra, sob várias formas, do imperialismo contra o socialismo, contra os movimentos populares, contra os comunistas, contra a acção libertadora dos povos. E tem um instrumento: o aparelho (com várias estruturas) de espionagem e provocação dos EUA, da NATO, e de outros países, como a África do Sul ou Israel.

Segundo a legislação de Reagan, tais «actividades especiais» — que incluem o assassinato, a subversão, a sabotagem, as acções paramilitares, os golpes e atentados, a falsificação de factos, a guerra ideológica quotidiana —, estão plenamente justificadas. Trata-se de «operações no estrangeiro com o objectivo de resolver as tarefas de política externa nacional». Com tais «actividades especiais» os EUA gastam anualmente o correspondente a 10% do orçamento militar.

A guerra é a mesma. As possibilidades — a certeza na vitória — para as forças progressistas, também.

Médio Oriente

O futuro do Líbano discute-se em Washington

No Líbano há americanos, franceses, israelitas, italianos, sírios, palestinianos e libaneses; os locais privilegiados de negociações são as montanhas do Chouf, o aeroporto de Beirute e a parte ocidental da capital libanesa; os principais argumentos utilizados são os que constituem o poderio militar das forças em presença.

Este poderia ser, de momento, o retrato do Líbano. Ou pelo menos o que os Estados Unidos se empenham em manter, com um ou outra alteração: sem sírios, sem palestinianos e com os libaneses bem arregimentados sob as suas ordens.

Uma conclusão tanto mais legítima quanto de forma encapotada ou não o imperialismo se tem esforçado nos últimos dias por impedir que as negociações a decorrer entre as diferentes forças libaneses cheguem a qualquer resultado positivo. Já se sabia que tais negociações não íam ser fáceis; mas que haveria necessidade de agudizar o conflito com os «passeios» de aviões americanos sobre as forças da Síria, o trabalho sujo das «retaliações» atribuído às forças francesas, o acirrar de divergências no seio da OLP com a divulgação das mais díspares declarações de «fontes bem informadas» e sempre veiculadas pela imprensa imperialista.

Através da força, os Estados Unidos impuseram-se no Líbano, primeiro apoiando a invasão israelita e depois para restabelecer a «paz». O processo está longe do seu termo. A visita que o primeiro-ministro israelita Isaac Shamir e o ministro da Defesa Moshe Arens fizeram agora a Washington, a que deve seguir-se a do presidente libanês Amin Gemayel, são elos duma mesma cadeia que tem por principal objectivo garantir à administração Reagan a consolidação das suas posições no Médio Oriente.

É da Casa Branca que vem a afirmação de que Reagan se prepara para conseguir **um êxito político e diplomático no Médio Oriente antes de anunciar a eventual candidatura a um segundo mandato na presidência.** Como vai conciliar, por um lado, a mais que provável anulação do dito acordo israelo-libanês por parte do Líbano, há dias anunciada por Chafic Wazzan com a alegação de que os israelitas continuam a ocupar o sul do país e, por outro, a disposição de Israel não só de continuar no território libanês como ainda de continuar a instalação de colonatos nas terras árabes, não se sabe.

O que se sabe é que os dirigentes sionistas foram aos EUA pedir maior apoio económico e militar, a anulação da sua dívida em material bélico e a autorização de comerciar armamento e tecnologia norte-americana em proveito da sua economia. Nada portanto que de algum modo possa contribuir para a paz na região. E entre um Estado de Israel fortemente armado e fiel aliado a um Estado Libanês ocupado, dividido e destruído em todos os sectores, não é difícil concluir qual será a decisão: continuar a apoiar os sionistas e tentar dar uma ideia de empenhamento no restabelecimento da normalidade no Líbano.

Sempre a pensar nos interesses vitais norte-americanos, está bom de ver.

O novo presidente do Conselho Executivo Federal, camarada Milka Planina, falando na Assembleia Federal

Jugoslávia, 40 anos

A Jugoslávia comemorou anteontem o 40.º aniversário da sua constituição enquanto Estado multinacional, um novo país virado para a construção do socialismo.

Então em plena Segunda Grande-Guerra, em 1943, o Conselho antifascista de libertação nacional da Jugoslávia, formado um ano mais cedo, com base nos Comités de libertação nacional, concretização do poder popular, político e administrativo, constituiu-se em supremo órgão legislativo e representativo dos povos da Jugoslávia, com todas as prerrogativas de um Parlamento.

Delegados do movimento de libertação da Jugoslávia, provenientes de todas as regiões do país, reuniram-se na pequena cidade de montanha Jajce, e tomaram algumas decisões fundamentais sobre o carácter democrático e federativo do futuro Estado, elegendo também o organismo executivo, tendo à sua cabeça, Josip Tito.

Os delegados do movimento de libertação exprimiam a vontade das mais vastas camadas populares e dos seus comités de libertação nacional, o seu empenhamento, não só na luta armada contra o invasor nazi, mas também num novo poder revolucionário.

Com a libertação nacional – que contou com o contributo decisivo das Forças Armadas soviéticas, cuja vitória sobre os nazis e o avanço até à Alemanha criaram condições particularmente favoráveis à acção libertadora dos povos dos vários países da Europa – iniciou-se um processo de desenvolvimento nacional que conduziu a alguns êxitos assinaláveis. De 1947 a 1983, o produto social aumentou sete vezes, a produção industrial 18 vezes e a produção agrícola quase triplicou. De país agrícola, a Jugoslávia transformou-se num país medianamente industrial.